



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ENLINO

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Ecoeconomia.



Uma resposta à crise ambiental?

Serge Latouche

Decrescimento ou barbárie!

Henrique Cortez

Consumo ético: “indulgência” ao “pecado” do consumo

Hazel Henderson

É preciso corrigir o PIB

E mais:

>> **Carlos Lessa:**

O mercado realiza a globalização dos infernos

>> **Gary Macy:**

A Igreja deve cogitar o retorno da ordenação das mulheres

295

Ano IX

01.06.2009

ISSN 1981-8469

Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?

Neste momento de crise global da economia capitalista, quais são as possibilidades e os limites de pensar uma economia que leve em conta a sustentabilidade da terra?

Para discutir as possibilidades de uma ecoeconomia, contribuem nesta edição os seguintes pesquisadores e especialistas: **Paulo Durval Branco**, sócio-diretor da Ekobé Consultoria em Sustentabilidade e professor da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas); o economista francês **Serge Latouche**; o economista **Ladislau Dowbor**, professor da PUC-SP; o ambientalista e coordenador do Portal EcoDebate, **Henrique Cortez**; a economista **Hazel Henderson**; e a professora da Fundação Getúlio Vargas **Isleide Arruda**.

Por sua vez, **Carlos Lessa**, economista e ex-presidente do BNDES, analisa a conjuntura econômica nacional no contexto da crise financeira internacional.

Também nesta edição podem ser conferidas mais três importantes entrevistas. O Colóquio Internacional A Ética da Psicanálise, que acontece em Porto Alegre no próximo mês de agosto, numa promoção do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, da Association Lacanienne Internationale – ALI e da Escola de Estudos Psicanalíticos – EEP, de Porto Alegre, é o tema da entrevista com **Mario Fleig**, professor e pesquisador do PPG em Filosofia da Unisinos. **Degislando Nóbrega de Lima**, teólogo, professor da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, reflete sobre a inculturação do cristianismo no mundo plural.

Gary Macy, professor de teologia na Universidade Santa Clara, confiada à Companhia de Jesus, nos Estados Unidos, relata a sua pesquisa histórica sobre a ordenação de mulheres até o século XII. Sem dúvida, uma entrevista instigante que aprofunda uma notícia publicada na última semana nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU.

Nesta edição ainda, fazemos memória de **Lucilda Selli** (15/08/1955 - 25/05/2009), professora da Unisinos, falecida na semana passada.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (graziela@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Revisão: André Dick (ahdick@unisinos.br). Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling e Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br). IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.unisinos.br/ihu. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Paulo Durval Branco: A expansão da economia é incompatível com a capacidade de regeneração do planeta

PÁGINA 08 | Serge Latouche: Decrescimento ou barbárie!

PÁGINA 11 | Ladislau Dowbor: “O PIB não mede os resultados em termos de qualidade de vida da população”

PÁGINA 14 | Henrique Cortez: Consumo ético. Uma forma de “indulgência” ao “pecado” do consumo

PÁGINA 16 | Hazel Henderson: “O capitalismo está evoluindo rumo a níveis mais elevados de consciência em decorrência do colapso de seu maluco cassino global”

PÁGINA 18 | Isleide Arruda: O consumo é um novo ator político ou o consumidor?

B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 23 | Carlos Lessa: O mercado realiza a globalização dos infernos. Brasil deve construir a sua proposta de futuro

» Teologia Pública

PÁGINA 27 | Degislando Nóbrega de Lima: Desafios da inculturação do cristianismo

» Entrevistas da Semana

PÁGINA 30 | Mario Fleig: Não cedas do teu desejo: é preciso sustentarmos o que falamos com voz própria

PÁGINA 34 | Gary Macy: A Igreja deveria cogitar o retorno da ordenação das mulheres

» Memória

PÁGINA 38 | Lucilda Selli (15/08/1955 - 25/05/2009)

» Destaques On-Line

PÁGINA 41 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 43 | Vera Schmitz: Microgestão e produção de saberes no trabalho associado

» IHU Repórter

PÁGINA 46 | Patrícia Martins Fagundes Cabral





INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



A expansão da economia é incompatível com a capacidade de regeneração do planeta

Na visão de Paulo Durval Branco, o PIB, como uma medida de riqueza, está na contramão da busca por desenvolvimento sustentável

POR GRAZIELA WOLFART

Com uma clara visão sobre os desafios que teremos pela frente em relação à sustentabilidade do planeta e o atual sistema econômico, o professor e consultor Paulo Branco vê que a principal limitação do cenário atual “é o fato de estarmos regidos pela lógica dominante da possibilidade de crescimento infinito”. Na entrevista que segue, concedida por telefone para a **IHU On-Line**, ele identifica que “toda a nossa economia, todo nosso modelo mental e, conseqüentemente, todas as nossas criações no plano social e econômico se baseiam em uma possibilidade que não existe, que é o crescimento reger todo o nosso caminhar. Temos um limite na medida em que a economia hoje é centrada na ideia de crescimento”.

Paulo percebe, na proposição da economia ecológica ou da ecoeconomia, “um caminho central para se discutir um modelo pós-crise”. E por quê? “Porque ela parte de premissas corretas”, responde ele. Para o professor, o que deveria definir os limites de atuação do subsistema econômico é a capacidade de suporte da biosfera no que se refere a prover recursos e absorver os dejetos. “É algo muito óbvio e claro. Difícil é imaginar porque essa visão não se incorporou efetivamente ao nosso modo tradicional de ‘gerir a casa’”. E conclui: “A premissa de crescimento precisa ser rompida. Ela não responde a uma civilização que habita um planeta que é um só e que possui uma capacidade de suporte”.

Sócio-diretor da Ekobé Consultoria em Sustentabilidade, Paulo Durval Branco é professor da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (Escas), de São Paulo. Possui graduação e mestrado em Administração pela PUC-Rio. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Neste momento de crise global da economia capitalista, quais são as possibilidades e os limites de pensar uma economia que leve em conta a sustentabilidade da terra?

Paulo Durval Branco - Essa pergunta abre o debate de uma maneira interessante, porque já põe em foco aquela que, no meu ponto de vista, é a principal limitação. Na medida em que essa limitação seja superada, começamos a identificar eventuais possibilidades. Vejo que a principal limitação é o fato de estarmos regidos pela lógica dominante da possibilidade de crescimento infinito. Toda a nossa economia, todo nosso modelo mental e, conseqüentemente, todas as nossas criações no plano social e econômico se baseiam em uma possibilidade que não existe, que é a de o crescimento reger todo o nosso caminhar. Temos um limite

na medida em que a economia hoje é centrada na ideia de crescimento. E essa ideia é contrária à noção de que existe uma capacidade de suporte do planeta. Portanto, temos nisso o grande limite, de pensar esta economia levando em conta a sustentabilidade da Terra. Para que isso possa ocorrer, o que seria correto, defensável, desejado, é que as metas, os desafios do desenvolvimento — e não do crescimento — fossem estabelecidas a partir da definição clara da capacidade de suporte de um dado ecossistema, ou seja, pensando no que esse ecossistema pode nos oferecer em termos de recursos naturais na falta de energia, e qual a sua capacidade de absorver os dejetos, resíduos, rejeitos, de um processo econômico. Esses limites definiriam as nossas metas e objetivos de produção, comercialização e consumo.

IHU On-Line - Que relação o senhor estabelece entre a velocidade da expansão da economia e a capacidade de regeneração dos recursos naturais? São compatíveis?

Paulo Durval Branco - Da maneira como hoje nosso modelo de produção e consumo está estabelecido e operando, essa velocidade é totalmente incompatível. Temos, hoje, indicadores muito claros, como é caso da pegada ecológica,¹ apontando isso. Ela mostra que já ultra-

¹ Segundo o sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu), a **pegada ecológica** indica o quanto os habitantes de um país precisam de terra e água para atender sua demanda de recursos naturais e absorver o lixo que produzem. O índice chinês por habitante ainda é de 1,6 “hectare global”, uma fórmula que reflete a média de produtividade agrícola do mundo. O patamar está abaixo da média mundial de 2,2 e é bem inferior aos 10 hectares globais exigidos por um americano. O Brasil está um pouco acima da linha de 2,2 hectares globais. (Nota da IHU On-Line)

passamos em cerca de 40% a capacidade deste planeta em nos prover recursos e absorver nossos resíduos em termos de processo de produção e consumo. Nitidamente, hoje, a velocidade de expansão da economia — e aqui estamos falando de uma economia centrada no crescimento, que considera recursos naturais como infinitos — é incompatível com a capacidade de regeneração. Para alguns ecossistemas, já falamos em adaptação e não mais na possibilidade de recuperação dos mesmos.

IHU On-Line - Quais os maiores problemas que envolvem a questão de que a economia clássica sempre ignorou que a Terra é finita?

Paulo Durval Branco - Aqui existe uma questão mais profunda, que é anterior às discussões sobre economia ou qualquer outra ciência criada nos tempos modernos. Essa questão nos remete a uma discussão que tem raízes na Filosofia, que nos remonta a Descartes,² a Francis Bacon,³ na medida em que esses pensadores definiram nosso atual modelo mental, nossa forma de ver o mundo, que é uma forma fragmentada, reducionista. E essa fragmentação também nos leva, enquanto seres humanos, a nos percebermos como seres fragmentados. Não nos percebemos como um ser integral, no sentido de ter as várias dimensões interconectadas: dimensão mental, física, espiritual e emocional. Expressamos essa mesma fragmentação no distanciamento em relação a tudo o que está a nossa volta: aos outros e ao planeta. Na medida em que nos vemos fragmentados, não como parte da teia da vida, nos sentimos à vontade — e essa é uma consequência indesejada — de usar, explorar, utilizar,

² René Descartes (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se, sobretudo, pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesiano, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentadores, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da IHU On-Line)

³ Francis Bacon (1561-1626): político, filósofo e ensaísta inglês. Sua principal obra filosófica é o *Novum Organum*. (Nota da IHU On-Line)

considerando que esses recursos são infinitos e estão aí a nosso dispor, como se não fizessem parte da mesma teia da vida a qual nós pertencemos. O fato de a economia ignorar a Terra, ou tê-la como recurso infinito, vem dessa fragmentação que sempre caracterizou nosso ser no mundo e a nossa relação com o mundo a nossa volta. O fato de a economia estar separada da ecologia é mais uma das expressões dessa fragmentação.

IHU On-Line - Quais as principais implicações para a economia da urgência dos problemas ambientais?

Paulo Durval Branco - Nós já estamos lidando com algumas implicações reais, concretas, nesse sentido. Por exemplo, as seguradoras estão muito preocupadas por conta dos sinistros causados por desequilíbrios ambientais; a própria questão das mudanças climáticas, o efeito estufa, afetando a agricultura, o ciclo de crescimento de plantas, portanto, alterado a safra. Temos outras implicações não tão visíveis, mas já muito sentidas em alguns setores, onde, por exemplo, as matérias-primas vão ficando cada vez mais escassas, portanto, mais caras. Isso torna a temática ambiental cada vez mais presente na agenda econômica. Infelizmente, para a maior parte dos agentes econômicos, essa entrada na agenda se dá pelos riscos, pelos problemas, pelas dificuldades, e não pelo lado mais prazeroso e inspirador, que é o lado da inovação, de olhar a sustentabilidade a partir da perspectiva de inovação das possibilidades e não de restrições e deveres. Isso seria algo muito mais interessante, que poucos atores, poucas organizações, estão tendo a capacidade de perceber dessa forma.

IHU On-Line - O que podemos entender pelo conceito de ecoeconomia ou de economia ecológica? Ele pode ser pensando como alternativa para o momento em que vivemos?

Paulo Durval Branco - Acredito que sim. Na verdade, hoje, vejo nessa proposição da economia ecológica ou da ecoeconomia um caminho central para se discutir um modelo pós- crise — e aí não estamos falando exclusivamente dessa atual cri-

se, que começou com as questões do crédito imobiliário nos Estados Unidos; na verdade, estamos falando de uma crise muito mais ampla. Essa é apenas uma das expressões de uma crise do padrão civilizatório, que se expressa de várias maneiras. E por que a economia ecológica seria um caminho? Porque ela parte de premissas corretas. Uma delas é a impossibilidade do crescimento como um retorno exclusivo do processo econômico. Então, a ecoeconomia supõe o sistema econômico como parte de um sistema maior, que é a biosfera. A economia seria um subsistema, regido pelas leis de um sistema mais amplo, que seria a biosfera. Faz sentido pensarmos o que falei no início desta entrevista: o que deveria definir os limites de atuação do subsistema econômico? A capacidade de suporte desta biosfera no que se refere a prover recursos e absorver os dejetos. É algo muito óbvio e claro. Difícil é imaginar por que essa visão não se incorporou efetivamente ao nosso modo tradicional de “gerir a casa”.

IHU On-Line - No entanto, é ainda complicado imaginar essa proposta se efetivando na prática, porque, por mais que identifiquemos a sua urgência e a sua necessidade, a grande maioria, inclusive dos governos, ainda tem dificuldade para perceber isso...

Paulo Durval Branco - Sem dúvida. No entanto, algumas coisas apontam para a possibilidade. Um exemplo que eu quero trazer aqui é um estudo recente, que foi publicado por uma comissão do governo britânico, chamada Sustainable Development Commission, que assessora o governo britânico, o Gordon Brown,⁴ em questões ligadas ao desenvolvimento sustentável. Esse estudo é muito interessante, pois discute exatamente os limites do crescimento e as possibilidades de prosperidade sem crescimento. Esse é o caminho, mas é difícil. Para que ele se torne o senso comum, é preciso muitas coisas acontecerem. Mas, ao que parece, os indutores para essa mudança estão aí colocados. A sociedade contem-

⁴ James Gordon Brown (1951): primeiro ministro britânico e membro do Partido Trabalhista. Assumiu o cargo em 2007, sucedendo Tony Blair. Foi ministro das Finanças do Reino Unido desde o início do governo de Tony Blair, em 1997. (Nota da IHU On-Line)

porânea precisará ser hábil para fazer as mudanças necessárias. Implicações mais profundas da mudança da qual falamos têm a ver também com o comportamento individual. Isso exige certamente uma sociedade mais centrada no ser do que no ter.

IHU On-Line - Quais as contradições entre a sustentabilidade do planeta e o PIB? Quais as principais críticas feitas a ele nesse sentido?

Paulo Durval Branco - Hoje, o PIB, para muitas organizações e um número crescente de estudiosos, vem sendo bastante criticado do ponto de vista das suas limitações para o atual momento da nossa atual sociedade. A primeira delas está ligada ao fato de que o PIB não leva em conta as externalidades do processo produtivo. O PIB, como uma medida de riqueza, está na contramão de todas as nossas discussões e de nossa busca por desenvolvimento sustentável. Se pensarmos hoje na construção de uma hidrelétrica, as contas nacionais aumentarão em função das obras, dos gastos com materiais, da locação de mão-de-obra etc. No entanto, não irá ocorrer nenhuma subtração nas contas nacionais, no PIB, por conta de degradação ambiental causada, de eventual degradação das condições sociais da população próxima à construção dessa hidrelétrica, com fenômenos como exploração sexual de crianças e adolescentes, ou eventual trabalho infantil em cadeia produtiva. São coisas que sabemos que ocorrem, mas não são computadas. A ausência de externalidades nas contas é uma deficiência enorme. Podemos ter um país com um PIB elevado; entretanto, essa riqueza está sendo gerada a custo de enormes externalidades socioambientais.

Outra limitação é o fato do PIB não levar em conta capitais sociais relacionados, por exemplo, ao trabalho voluntário. Hoje, nós temos uma riqueza enorme do ponto de vista do capital social sendo gerado em vários países do mundo, e isso não está refletido nesta riqueza. Por conta dessas limitações, outras alternativas estão sendo buscadas, como as discussões mais recentes da Felicidade Interna Bruta (FIB),⁵ na experi-

ência do Butão. Essa recente Comissão Stiglitz, que foi iniciada por uma liderança do presidente da França, Nicolas Sarkozy,⁶ tem Joseph Stiglitz⁷ como líder que está desenvolvendo toda uma análise que não só realiza as críticas necessárias ao PIB como se propõe a apresentar alternativas no que se refere a novas medidas de riqueza.

O aprimoramento do PIB e a sua superação é uma discussão fundamental, porque, em função desta medida de riqueza ter se estabelecido como uma medida dominante, nós vivemos sob a ditadura do PIB. Governos nacionais estabelecem metas de crescimento, medidas pelo PIB, que possui todas essas deficiências que falamos; no plano da microeconomia, as empresas também perseguem medidas de progresso que estão pautadas na mesma lógica que orienta o PIB. Então, temos uma cadeia de um mau indicador sendo alimentada. Chegamos a uma cadeia de indicadores deficientes, que não medem adequadamente riqueza.

ao Produto Interno Bruto (PIB). O termo foi criado pelo rei do Butão Jigme Singye Wangchuck, em 1972, em resposta a críticas que afirmavam que a economia do seu país crescia miseravelmente. Esta criação assinalou o seu compromisso de construir uma economia adaptada à cultura do país, baseada nos valores espirituais budistas. Assim como diversos outros valores morais, o conceito de Felicidade Interna Bruta é mais facilmente entendido a partir de comparações e exemplos do que definido especificamente. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como objetivo primordial o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos, assim se complementando e reforçando mutuamente. Os quatro pilares da FIB são a promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário, a preservação e a promoção dos valores culturais, a conservação do meio-ambiente natural e o estabelecimento de uma boa governança. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Nicolas Sarkozy (1955): advogado e político francês, atual presidente da França, empossado em 16-05-2007. Foi o candidato oficial de seu partido para as eleições presidenciais de 2007, qualificando-se ao segundo turno da eleição, que ocorreu no dia 06-05-2007, em que venceu Ségolène Royal. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Joseph Stiglitz: economista, professor de Columbia e ex-economista-chefe do FMI. Ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 2001 por defender que os mercados são ineficientes quando todas as partes de uma transação não têm o mesmo acesso a informações críticas, o que aconteceria na maioria das vezes. (Nota da IHU On-Line)

E, por trás disso, temos um problema central: indicadores induzem comportamentos. Se não tivermos um bom indicador, certamente estaremos induzindo a um mau comportamento.

IHU On-Line - O senhor acredita que a economia, como é constituída hoje, teria condições de caminhar para ser cada vez mais parecida com os processos naturais?

Paulo Durval Branco - Vejo isso como uma impossibilidade, relacionada às premissas que falávamos inicialmente. A premissa de crescimento precisa ser rompida. Ela não responde a uma civilização que habita um planeta que é um só e que possui uma capacidade de suporte. Essa é uma impossibilidade.

IHU On-Line - O que faria parte de um novo modelo que desse respostas a questões como geração de empregos, desenvolvimento com qualidade e até mesmo uma desmaterialização do sistema?

Paulo Durval Branco - Vejo a proposta de Herman Daly,⁸ de economia do estacionário como uma alternativa e ela vai fazendo cada vez mais sentido. É um caminho, um modelo que responde a esses desafios. A questão da geração de empregos traz para o debate um outro tema, que é o tamanho da população. Nesse sentido, será muito pouco provável alcançar pleno emprego. Seja qual for o modelo que se estabeleça, o pleno emprego parece ser uma impossibilidade. No entanto, teremos empregos de melhor qualidade, ao que tudo indica. Teremos necessariamente, como você menciona na pergunta, a necessidade de desmaterializar a produção. Estamos falando não só de desmaterialização relativa, mas também a desmaterialização absoluta: realmente fazer menos com menos. Não basta mais fazer mais com menos. Isso implica em trocar quantidade por qua-

⁸ Herman Daly: economista da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, defende outro pilar da ecoeconomia, que é o "estado estacionário", conceito reformulado por ele com base nas ideias de John Stuart Mill, um dos pais da economia política do século XIX. Daly, que foi economista sênior do departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial, defende que "a economia sustentável deve, em algum ponto, parar de crescer. Embora isso não signifique, necessariamente, parar de se desenvolver". (Nota da IHU On-Line)

lidade, em rever o estilo de vida, em propor menos horas de trabalho para que outros tenham mais possibilidade de emprego. Também implica em distribuição de renda, portanto, em uma macroeconomia mais favorável ao desenvolvimento sustentável. Esse seria o primeiro aspecto a ser pensado num novo modelo. Existem mais duas dimensões-chave nessa questão. A segunda estaria ligada a criarmos nesse novo modelo oportunidades para uma vida que tenha significado efetivamente. Estamos falando, aqui, de pessoas vivendo em comunidades com um alto capital social, ou seja, comunidades, associações, onde a democracia efetivamente é exercida, as pessoas se reconheçam representadas e tenham possibilidade e estímulo à interação. A criação de oportunidades reais, para uma vida com significado, é uma outra dimensão necessária neste novo modelo. E um terceiro aspecto diz respeito a reconhecermos e respeitarmos os limites ecológicos. Não consigo pensar em um novo modelo que não esteja submetido, de fato, aos limites da capacidade de suporte do planeta. A partir disso é que devem ser montados os processos de produção, ou seja, a economia passa então a ser regida pelo ecossistema, pela biosfera.

IHU On-Line - Como seria uma proposta ideal de consumo ético, na sua opinião?

Paulo Durval Branco - Quando falamos de consumo ético, falamos de consumo consciente, que seja a expressão de cidadania, de valores pessoais, um consumo que leve em conta a cadeia produtiva e os impactos socioambientais da produção. Hoje, já temos exemplos interessantes nesse sentido, como o movimento do *fair trade*, que se baseia não só na qualidade socioambiental do produto ou serviço, mas também supõe a melhor distribuição de renda na cadeia produtiva. Ele busca romper a lógica de que atravessadores ficam com a maior parte da riqueza gerada nas transações comerciais, em detrimento do produtor. Essa seria uma proposta ideal de consumo ético.

Decrescimento ou barbárie!

O decrescimento é a única receita para sair positiva e duradouramente da crise de civilização instaurada, considera Serge Latouche

POR PATRICIA FACHIN | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

“O consumo diminuirá em substância, enquanto seu valor continuará aumentando”, avalia o economista francês Serge Latouche, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line. Segundo ele, a crise financeira e o caos ambiental instalados no planeta farão o capitalismo reencontrar “a lógica de suas origens, ou seja, crescer às custas da sociedade”. Ao ser questionado sobre a possibilidade de conciliar crescimento econômico e sustentabilidade, ele é enfático: “Impossível. É preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião”.

Segundo ele, o PIB não pode mais crescer, e a “única possibilidade para escapar ao pauperismo” é “retornar aos elementos fundamentais do socialismo”.

Latouche, além de economista, é sociólogo, antropólogo, professor de Ciências Econômicas na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte. É doutor em Filosofia, pela Université de Lille III, e em Ciências Econômicas, pela Université de Paris, diplomado em Estudos Superiores em Ciências Políticas, pela Université de Paris, e diretor de pesquisas no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social (Iedes). Entre suas publicações, citamos, *La déraison de la raison économique* (Paris: Albin Michel, 2001), *Justice sans limites – Le défi de l'éthique dans une économie mondiale* (Paris: Fayard, 2003) e *La pensée créative contre l'économie de l'absurde* (O pensamento criativo contra a economia do absurdo) (Paris: Parangon, 2003). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que sentido o decrescimento pode ser uma alternativa ao caos financeiro, do meio ambiente e do atual modelo econômico?

Serge Latouche - Se proclamarmos que o *crash* financeiro desencadeado pelo abuso dos *subprimes* é uma boa coisa, então, embora ele seja o iniciador de uma crise bancária e econômica que corre o risco de ser longa, profunda e talvez mortal para o sistema, podemos ser taxados de provocação. No entanto, para os opositores do crescimento, esta crise constitui o sinal anunciador do fim de um pesadelo.

Não se trata, por certo, de negar

que esta crise irá atingir com o desemprego milhões de pessoas e gerar sofrimentos para os deserdados do Norte e do Sul. Porém, e acima de tudo, o decrescimento *escolhido* não é o decrescimento *sofrido*. O projeto de uma sociedade de decrescimento é radicalmente diferente do *crescimento negativo*, aquele que agora já conhecemos. O primeiro é comparável a uma cura de austeridade empreendida voluntariamente para melhorar o próprio bem-estar, quando o hiperconsumo vem nos ameaçar pela obesidade. O segundo é a dieta forçada, podendo levar à morte pela fome. Nós o dissemos e repetimos bastantes vezes. Não há nada pior do que uma sociedade de crescimento

sem crescimento. Sabe-se que a simples desaceleração do crescimento mergulha nossas sociedades no descontrole, em razão do desemprego, do aumento do abismo que separa ricos e pobres, dos atentados ao poder de compra dos mais desprovidos e do abandono dos programas sociais, sanitários, educacionais, culturais e ambientais que asseguram um mínimo de qualidade de vida. Pode-se imaginar que enorme catástrofe pode originar uma taxa de crescimento negativo. Esta regressão social e civilizatória é precisamente o que nos espreita, se não mudarmos de trajetória.

IHU On-Line - Como manter o equilíbrio entre crescimento econômico e meio ambiente?

Serge Latouche - Impossível. É preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião.

IHU On-Line - Quais são os limites e as possibilidades de criar uma economia nova, mais sustentável? Quais seriam os seus princípios?

Serge Latouche - Hoje em dia, a festa acabou: já não há mais margens de manobra. A torta, isto é, o produto interno bruto, não pode mais crescer. Mais ainda (e nós o sabemos muito bem há longo tempo, embora nos recusemos a admiti-lo), a economia não deve crescer. A única possibilidade para escapar ao pauperismo, tanto no Norte como no Sul, é a de retornar aos elementos fundamentais do socialismo, mas sem esquecer, desta vez, a natureza: repartir o bolo de maneira equitativa. Ele era trinta a cinquenta vezes menor em 1848 e, no entanto Marx,¹ mas também John Stuart

Mill,² já pensavam que o problema não era o volume da torta, mas sua injusta repartição! Como, crescendo, a torta se tornou cada vez mais tóxica — as taxas de crescimento da frustração, seguindo a fórmula de Ivan Illich,³ excedendo amplamente as da produção —, era inevitavelmente necessário modificar a receita. Inventamos, então, uma bela torta com produtos biológicos, de uma dimensão razoável para que nossos filhos e nossos netos pudessem continuar a produzi-la, e a compartilhamos equitativamente. As partes não serão talvez muito grandes

“O decrescimento só é viável numa ‘sociedade de decrescimento’, isto é, no quadro de um sistema que se situa sobre outra lógica. A alternativa é, por conseguinte, esta: decrescimento ou barbárie!”

para nos tornar obesos, mas a alegria estará no encontro marcado. Com outras palavras, ela nos oferece a oportunidade de construir uma sociedade ecossocialista e mais democrática. Tal é o programa do decrescimento, única receita para sair positiva e duradouramente da crise de civilização em que vivemos.

² John Stuart Mill (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, foi defensor do utilitarismo. (Nota da IHU On-Line)

³ Ivan Illich (1926-2002): pensador autor de uma série de críticas às instituições da cultura moderna, escreveu sobre educação, medicina, trabalho, energia, ecologia e gênero. Sobre ele, leia a revista IHU On-Line número 46, de 09-12-2002, intitulada *Ivan Illich, pensador radical e inovador*, disponível para download no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1161290142.3pdf.pdf>. (Nota IHU On-Line)

IHU On-Line - Como conciliar crescimento e decrescimento numa mesma sociedade?

Serge Latouche - Uma lógica de crescimento e um projeto de decrescimento são incompatíveis, mas o projeto de decrescimento visa fazer crescer a alegria de viver, restaurando a qualidade de vida (um ar mais sadio, água potável, menos estresse, mais lazer, relações sociais mais ricas etc.).

IHU On-Line - Alguns especialistas dizem que, com a crise internacional, a economia de muitos países irá desacelerar. Este processo poderá apresentar soluções concretas para o Planeta, ou, ao contrário, a desaceleração representa um processo negativo?

Serge Latouche - As duas opções são possíveis. Infelizmente, nem a crise econômica e financeira nem o fim do petróleo são necessariamente o fim do capitalismo, nem mesmo da sociedade de crescimento. O decrescimento só é viável numa “sociedade de decrescimento”, isto é, no quadro de um sistema que se situa sobre outra lógica. A alternativa é, por conseguinte, esta: decrescimento ou barbárie! Uma economia capitalista ainda poderia funcionar com uma grande escassez dos recursos naturais, um desregramento climático, o desmoronamento da biodiversidade etc. É a parte de verdade dos defensores do desenvolvimento durável, do crescimento verde e do capitalismo do imaterial. As empresas (pelo menos algumas) podem continuar a crescer, a ver sua cifra de negócios aumentar, bem como seus lucros, enquanto as fomes, as pandemias, as guerras exterminariam nove décimos da humanidade. Os recursos, sempre mais raros, aumentariam mais que proporcionalmente de valor. A rarefação do petróleo não prejudica, bem ao contrário, a saúde das firmas petroleiras. Se isso não vale da mesma forma para a pesca, existem substitutivos para o peixe, cujo preço não pode crescer na proporção de sua raridade. O consumo diminuirá em substância, enquanto seu valor continuará aumentando. O capitalismo reencontrará a lógica

¹ Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158330314.12pdf.pdf>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1224527244.6963pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

de suas origens, ou seja, crescer às custas da sociedade.

IHU On-Line - Qual é a marca socio-ecológica do Planeta? Já existe um déficit ecológico?

Serge Latouche - E como! Mais de 40%, segundo os últimos dados disponíveis. Nosso *sobre-crescimento econômico* se furta aos limites da finitude da biosfera. A capacidade regeneradora da Terra já não consegue mais seguir a demanda: o homem transforma os recursos em rejeitos mais rapidamente do que a natureza consegue transformar esses rejeitos em novos recursos.⁴

Se tomarmos como índice do “peso” ambiental de nosso modo de vida sua “pegada” ecológica em superfície terrestre ou espaço bioproductivo necessário, obtêm-se resultados insustentáveis, tanto do ponto de vista da equidade nos direitos de extração da natureza quanto do ponto de vista da capacidade de carga da biosfera. O espaço disponível sobre o planeta Terra é limitado. Ele representa 51 bilhões de hectares. Todavia, o espaço “bioproductivo”, ou seja, útil para a nossa reprodução, é apenas uma fração do total, ou seja, em torno de 12 bilhões de hectares.⁵ Dividido pela população mundial atual, isso dá aproximadamente 1,8 hectares por pessoa. Tomando em conta as necessidades de materiais e de energia, aqueles que são necessários para absorver dejetos e rejeitos da produção e do consumo (cada vez que queimamos um litro de gasolina, nós precisamos de cinco metros quadrados de floresta durante um ano para absorver o CO₂!) e acrescentando a isso o impacto do habitat e das infraestruturas necessárias, os pesquisadores que trabalham para o Instituto californiano “Redifining Progress” [Redefinindo o progresso] e para o World Wild Fund (WWF) cal-

cularam que o espaço bioproductivo consumido por pessoa da humanidade era de 2,2 hectares na média. Os homens já deixaram, portanto, a vereda de um modo de civilização durável que necessitaria limitar-se a 1,8 hectares, admitindo que a população atual permaneça estável. Desde já vivemos, portanto, a crédito. Além disso, este empreendimento médio oculta muito grandes disparidades. Um cidadão dos Estados Unidos consome 9,6 hectares, um canadense 7,2, um europeu 4,5, um francês 5,26, um italiano 3,8. Mesmo havendo grandes diferenças no espaço bioproductivo disponível em cada país, estamos bem longe da igualdade planetária.⁶ Cada americano consome em média em torno de 90 toneladas de materiais naturais diversos, um alemão 80, um italiano 50 (ou seja, 137 kg por dia). Em outros termos, a humanidade já consome perto de 40% mais que a capacidade de regeneração da biosfera. Se todo o mundo vivesse como nós franceses, seriam necessários três planetas, e precisaríamos de seis para seguir nossos amigos americanos. Mesmo o Brasil já ultrapassa (em torno de 15%) a cifra sustentável.

LEIA MAIS...

>> Confira outras contribuições de Serge Latouche:

Entrevistas:

* *O desenvolvimento é insustentável*, publicada na revista IHU On-Line número 100, de 10-05-2004, intitulada *Como salvar o planeta e a humanidade? Descrescimento ou desenvolvimento sustentável?*, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158260956.64pdf.pdf>

Publicações:

* *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial*. Artigo publicado nos *Cadernos IHU Ideias*, no. 56, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1165422469.05pdf.pdf>

⁶ Gianfranco Bologna (Org.). *Italia capace di futuro* (Itália capaz de futuro). WWF-EMI, Bolonha, 2001, p. 86-88. (Nota do entrevistado)

PARTICIPE DO IHU IDEIAS.

TODAS AS QUINTAS-FEIRAS, DAS 17H30MIN ÀS 19H, NA SALA 1G 119 - IHU.

“O PIB não mede os resultados em termos de qualidade de vida da população”

Ladislau Dowbor acredita que quanto mais dinheiro for para a base da sociedade, em termos de proteger o país dos impactos da crise, melhor será. Para ele, o movimento que se gerou nos últimos anos, de promover mais consumo na base da sociedade, é o que está protegendo o Brasil da crise

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“Os limites do nosso consumo e essa guinada para um consumo mais inteligente e que possa ser sustentável é algo que está colocado hoje na agenda como um dos maiores desafios a ser enfrentado.” A opinião é do economista Ladislau Dowbor. Em entrevista concedida por telefone para a **IHU On-Line**, ele explica por que não é possível conciliar a sustentabilidade do planeta com a economia: “Quando olhamos para esse nosso pequeno planeta, percebemos que a natureza funciona em sistema circular (...), com a reutilização dos diversos recursos existentes. A vida está baseada nisso. O sistema econômico que nós montamos não é circular, de reciclagem, e sim um sistema linear. Pegamos recursos naturais, transformando-os em uma indústria, consumimos, e jogamos no lixo sob a forma de plástico. Com isso, estamos acabando com o petróleo no planeta. E não estamos recolocando de volta as bases energéticas utilizadas”. Ele argumenta também que a economia que temos hoje, “em termos de destruição da água, da vida nos mares, destruição da biodiversidade, do solo, provocadora de aquecimento global e estimuladora de um consumo absolutamente idiota em termos de desperdício, já era”, afirmando a necessidade de pensarmos em uma nova economia.

Economista e professor no PPG em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ladislau Dowbor é formado em Economia Política, pela Universidade de Lausanne, Suíça, e doutor em Ciências Econômicas, pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Seu livro mais recente é *Democracia Econômica – Alternativas de gestão social* (Petrópolis: Vozes, 2008). Confira na página pessoal do pesquisador <http://dowbor.org> artigos e publicações. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os principais limites e entraves para a efetivação do consumo ético de forma coletiva pela sociedade?

Ladislau Dowbor - Em primeiro lugar, nós não precisamos necessariamente reduzir o consumo. Se dividirmos o PIB do mundo, que são 60 trilhões de dólares, pela população mundial, que é 6,7 bilhões de pessoas, dá aproximadamente R\$ 5 mil por família de quatro pessoas, por mês. Isso é importante, porque significa que, se o que o planeta produz hoje fosse distribuído de maneira minimamente justa, daria para todo mundo viver de maneira digna e confortável. Segundo ponto: os

Estados Unidos, com 4% da população mundial, consomem 25% da energia do planeta. Se adotarmos uma forma de consumo tipo norte-americana, precisaríamos já hoje de mais quatro planetas, mesmo não havendo aumento da população. Isso sem falar dos impactos sobre o clima, como o aquecimento global e as diversas catástrofes que ele está gerando. Precisamos encontrar um meio termo, entre a ideia de que todos teremos de apertar bem os cintos, e simplesmente o consumo baseado no desperdício e na destruição dos recursos do planeta. O que estamos constatando hoje é que esse nosso planeta é relativamente pe-

queno; tem 6,7 bilhões de habitantes; a cada ano são 76 milhões a mais, e não há como pensarmos que é possível expandir para sempre o consumo das pessoas num planeta que é limitado. Há um ditado entre os economistas que diz o seguinte: “Acreditar que podemos expandir o consumo de recursos naturais para sempre num planeta que é limitado é algo que só pode ser pensado por um idiota ou por um economista”. Os limites do nosso consumo e essa guinada para um consumo mais inteligente e que possa ser sustentável é algo que está colocado hoje na agenda como um dos maiores desafios a ser enfrentado.

IHU On-Line - Pela lógica ecológica, a economia está fazendo a conta inversa. Como, nesse sentido, a economia e os atuais parâmetros de crescimento econômico de um país deveriam se adequar para responder a demandas mais complexas, como a questão ambiental e o bem-estar social a longo prazo?

Ladislau Dowbor - Quando olhamos para esse nosso pequeno planeta, percebemos que a natureza funciona em sistema circular. Os pássaros comem as frutas e espalham as sementes; as folhas que caem são incorporadas ao solo que, por sua vez, se torna fértil e permite o surgimento de outras plantas, ou seja, todo o sistema da natureza é circular, de reutilização dos diversos recursos existentes. A vida está baseada nisso. O sistema econômico que nós montamos não é circular, de reciclagem, e sim um sistema linear. Pegamos recursos naturais, transformando-os em uma indústria, consumimos, e jogamos no lixo sob a forma de plástico. Com isso, estamos acabando com o petróleo no planeta. E não estamos recolocando de volta as bases energéticas utilizadas. O petróleo se acumulou durante centenas de milhões de anos, e nós teremos acabado com ele em 200 anos. A conta que fazemos deste processo é o PIB, o Produto Interno Bruto. Ele é bruto porque não calculamos a reposição desses processos. O PIB não mede os resultados em termos de qualidade de vida da população. Ele mede o fluxo desse processo linear da rapidez com a qual estamos utilizando os recursos. Quando, por exemplo, jogamos detritos em rios e depois somos obrigados a contratar equipes para fazer a limpeza desses rios, estamos aumentando o PIB, porque aumentamos o fluxo do uso de recursos. Mas quando pegamos a Pastoral da Criança, que por medidas preventivas, sem gastar medicamentos ou com hospitalização, reduz a mortalidade das crianças, percebemos que ela não está apenas não aumentando o PIB, mas está reduzindo-o, porque reduziu o gasto com medicamentos, hospitalizações, o uso de ambulâncias e o petróleo e a gasolina que o veículo usaria. Fica parecendo que quando o PIB aumenta é bom, que usar mais recursos também é, quando, na verdade, estamos gastando os recursos

do planeta. Essa mudança de pararmos de medir a velocidade com que consumimos os recursos e começar a medir quais são os resultados, ou seja, se as pessoas estão com mais saúde, se estão com mais acesso à educação, se estamos consumindo de maneira mais inteligente, é uma nova contabilidade que está surgindo. O que queremos é maximizar a qualidade de vida, queremos que as pessoas vivam de maneira feliz sem destruir o planeta.

IHU On-Line - De que maneira podemos projetar o crescimento econômico do país sem prejudicar o meio ambiente e as nossas vidas? É possível?

“Precisamos encontrar um meio termo, entre a ideia de que todos teremos de apertar bem os cintos, e simplesmente o consumo baseado no desperdício e na destruição dos recursos do planeta”

vel manter um equilíbrio entre economia, meio ambiente e bem estar social?

Ladislau Dowbor - Esse é o eixo central, o tripé que nos mostra que devemos ser economicamente viáveis, mas também socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Isso implica num conjunto de revisões do modo como nos organizamos. Sabemos o que precisamos fazer. Nas duas últimas décadas, foi fechado o horizonte estatístico do planeta. Sabemos o que está acontecendo com a água, com o petróleo, com as espécies vivas, com a destruição do solo etc. Em termos de responsabilidade, teremos de repensar o paradigma energético e produtivo do planeta. As grandes corporações precisam mudar seu sistema.

O massacre publicitário que fazem os cartões de crédito, que dizem “a vida é agora, consuma, compre”, é uma coisa profundamente idiota. Um ponto muito importante é a participação das pessoas. Cada um pode, desde já, começar a se comportar de maneira ambientalmente sustentável. Nós produzimos em média, por pessoa, no Brasil, um quilo de lixo por dia. A metade disso é só embalagem: plástico, caixinhas etc. Cada pessoa pode ter um comportamento inteligente. No entanto, essa dimensão tem limites. Uma cidade como São Paulo fez grandes investimentos para o transporte de carros e não investiu em transporte coletivo. Isso é muito burro. As ruas estão cheias e todo o ano morrem em São Paulo cerca de seis mil pessoas com doenças respiratórias, ligadas ao enxofre, presente no combustível. Para ter um comportamento individual inteligente, eu gostaria de ter um transporte coletivo. Alguns comportamentos individuais dependem de infraestruturas sociais.

IHU On-Line - O senhor acredita que a partir desse processo de caos econômico e desgaste ambiental pode surgir uma nova economia?

Ladislau Dowbor - Este ponto é essencial. Temos hoje inúmeros centros no mundo que estão justamente pesquisando uma nova economia. A que temos hoje, em termos de destruição da água, da vida nos mares, destruição da biodiversidade, do solo, provocadora de aquecimento global e estimuladora de um consumo absolutamente idiota em termos de desperdício, já era! Com a crise financeira planetária, estamos entrando hoje no terceiro milênio. Os grandes problemas estão sendo colocados. Temos uma economia que é destrutiva em termos ambientais e é injusta em termos sociais. Hoje os bancos estão falindo e dizemos “estamos em crise”. Mas, quando morrem todos os anos dez milhões de criança por causas ridículas, como não ter acesso à água limpa, isso não é crise? Já morreram 25 milhões de pessoas de Aids, e as empresas farmacêuticas não estão investindo nas grandes doenças que ameaçam a humanidade, mas em remédios para as doenças degenerativas dos idosos dos países ricos, porque é ali que está o grande dinheiro. Esse é o lado

crítico. No lado construtivo temos também um movimento que estamos criando, que se chama “Crise e Oportunidade”.¹ Estamos trabalhando com grandes eixos de transformação necessários.

IHU On-Line - Então, o senhor acredita que a crise internacional possibilita pensar em uma reformulação da estrutura econômica?

Ladislau Dowbor - Exatamente. Enquanto os muito ricos estavam ganhando rios de dinheiro com especulação financeira, nos diziam: “Vocês é que não estão sabendo ser espertos, por isso é que estão descontentes; mas nós estamos ganhando muito dinheiro e a coisa está bem”. Agora que eles estão em crise, de repente estão começando a ouvir certas coisas. A crise financeira permite recolocar na mesa o conjunto da crise, que não envolve apenas o aspecto financeiro, mas também a destruição ambiental e a dramática desigualdade que se gerou no planeta. É preciso pegar esse dinheiro que está indo para os sistemas especulativos e reconvertê-lo para o seu uso necessário. É o que chamamos de economia de locação racional de recursos. Em vez de aplicar recursos financeiros no sistema especulativo, ou agir como os bancos brasileiros, por exemplo, que compram títulos do governo para serem remunerados pelo mesmo governo pela taxa Selic, é preciso que se passe efetivamente a financiar as atividades de inclusão produtiva e de reorientação ambiental que o planeta precisa.

IHU On-Line - A partir de uma nova economia, é possível pensar em um “capitalismo consciente”?

Ladislau Dowbor - Tenho cada vez mais dúvidas se isso aqui que estamos falando é propriamente “capitalismo”. Porque o capitalismo, como o conhecemos hoje, não se orienta por mecanismos de mercado — quando, sem pressões políticas, umas empresas concorrem com as outras. Isso é legal e existia muito antes do capitalismo. A concorrência é algo positivo. O que temos hoje é o poder corporativo que se apropria do poder político. Não basta mostrar que é evidente a fórmula de

responder simultaneamente a um equilíbrio social, ambiental e econômico, porque os velhos grupos que ganharam muito dinheiro com o sistema anterior simplesmente não querem que mude. É muito importante ter consciência da resistência que existe para essa mudança.

Em termos econômicos, é importante lembrar que, quanto mais dinheiro for para a base da sociedade, em termos de proteger o país dos impactos da crise, melhor será. O conjunto dos processos como Bolsa Família, aumento do salário mínimo, aumento do financiamento do Pronaf, o ProUni, todo esse movimento que se gerou nos últimos anos, de promover mais dinâmica de consumo na base da sociedade, é o que está nos protegendo. Enquanto o dinheiro que vai para os mais ricos tende a se transformar em sistemas especulativos, nosso bom senso deve ser de investir na base da sociedade. No caso brasileiro, é importante entender que a crise financeira reduziu fortemente o espaço dos mercados internacionais. Mas, se no Brasil aumentamos o consumo interno, há uma possibilidade do setor exportador se reconverter para o consumo interno, e isso é um dos impactos indiretos da redistribuição de renda.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Ladislau Dowbor à IHU On-Line:

Entrevistas:

* *A lógica do sistema é simplesmente insustentável ambientalmente*, publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU, de 15-04-2007, disponível no link http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=6525

* *Catástrofe em câmara lenta. Voltar ao bom senso, eis o desafio!*, publicada na IHU On-Line número 258, de 19-05-2008, disponível no link http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1048&id_edicao=286

* *A melhoria da renda não é sinônimo de aumento da classe média*, publicada na IHU On-Line número 270, de 25-08-2008, disponível no link http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1247&id_edicao=298

* *A crise financeira e o impacto ambiental*, publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU, de 06-11-2008, disponível no link http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18018

¹ Acesse em <http://criseoportunidade.wordpress.com/>.

CONFIRA O CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA A ORIGEM DA VIDA, DE HANS KÜNG

Consumo ético. Uma forma de “indulgência” ao “pecado” do consumo

Na opinião de Henrique Cortez, não teremos um futuro minimamente aceitável sem uma profunda revisão dos conceitos, fundamentos e modelo da economia. E não faremos esta revisão sem uma clara compreensão de nossa responsabilidade em termos de cidadania planetária

POR GRAZIELA WOLFART

“Vivemos em um planeta finito e com recursos naturais igualmente finitos. No entanto, o nosso modelo econômico é baseado em produção e consumo infinitos. É evidente que este modelo não funciona por muito tempo.” A constatação é de Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do Portal EcoDebate. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, Cortez considera que “redesenhar a economia mundial seria um feito inédito e só poderia acontecer com maciço apoio social e realizado coordenadamente por todos os países”. Ou seja, lamenta, “não irá acontecer”. De qualquer forma, continua ele, “precisamos debater estes temas e encontrar as alternativas mais viáveis enquanto ainda temos tempo”. Para ele, “o capitalismo é injusto, ganancioso, especulativo e insustentável por natureza e um ‘novo capitalismo’ também o seria. Precisamos encontrar um novo modelo, uma nova concepção e o capitalismo, qualquer que seja a sua maquiagem, é a resposta errada”. Cortez se declara um ecossocialista e afirma não ter qualquer proximidade com a esquerda reformista, “que propõe um novo capitalismo, o que é uma desonestidade intelectual e uma fraude ideológica. Acredito que o ecossocialismo, sua compreensão de um novo mundo, de uma economia solidária e sustentável, será o caminho para a esquerda superar a crise atual”, conclui.

Henrique Cortez é ambientalista, cientista social formado pela USP, com especialização em gerenciamento de riscos ambientais pela Northwest University, EUA, além de consultor e coordenador do Portal EcoDebate (www.ecodebate.com.br). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Consumo ético e a economia como é constituída atualmente podem se relacionar harmonicamente? O consumo ético exige uma nova economia? Se sim, como seria constituída?

Henrique Cortez - Comumente, associamos o consumo ético a um ato individual de consciência, uma opção pessoal, mas ele também deve ser considerado em suas dimensões econômicas e políticas. Vivemos em um planeta finito e com recursos naturais igualmente finitos. No entanto, o nosso modelo econômico é baseado em produção e consumo infinitos. É evidente que este modelo não funciona por muito tempo. Além de ambientalmente irresponsável, este modelo também é socialmente injusto e eco-

nomicamente excludente porque apenas atende à sanha consumista de uma fração da população. Dois terços da população mundial estão muito abaixo desta linha de consumo, nada usufruindo, mas arcando com os custos sociais e ambientais da degradação do meio ambiente e do esgotamento dos recursos naturais. A crise alimentar, por exemplo, também deve ser entendida dentro do contexto de consumo. A produção agrícola mundial é, comprovadamente, mais do que suficiente para alimentar toda a população do planeta. Mesmo assim enfrentamos uma inaceitável crise alimentar. Pesquisas indicam que o total da produção mundial de alimentos já seria suficiente para alimentar nove bilhões de pessoas. Portanto, o problema da

fome episódica ou crônica não está na falta do que comer, mas nos recursos financeiros para o pleno acesso ao alimento, cada dia mais caro. Redesenhar a economia mundial seria um feito inédito e só poderia acontecer com maciço apoio social e realizado coordenadamente por todos os países. Ou seja, não irá acontecer. De qualquer forma, precisamos debater estes temas e encontrar as alternativas mais viáveis enquanto ainda temos tempo.

IHU On-Line - Em que sentido o senhor se declara defensor crítico do consumo ético individual?

Henrique Cortez - O que hoje se convencionou chamar de consumo ético deve ser encarado como conservador em relação à manutenção do mode-

lo consumista. Assim posso consumir irrestritamente, porque me justifico através do consumo ético. É uma forma de “indulgência” ao “pecado” do consumo. O consumo ético só será transformador se ele questionar o modelo consumista, assumindo sua dimensão coletiva e política em relação ao modelo econômico, às formas de produção e ao sistema político de sustentação. É necessário questionar a quem serve este modelo e a quem beneficia.

IHU On-Line - Em que medida o movimento pelo consumo ético questiona a sustentabilidade do planeta, o comércio justo, a solidariedade social, e os direitos do consumidor enquanto direitos de cidadania?

Henrique Cortez - Volto à crítica do consumo ético individual, porque isoladamente nada questionamos, além de nossas escolhas pessoais. É necessária uma atitude politicamente ativa, lúcida e responsável que realmente questione o modelo atual. Não é fácil nem simples, porque serão exigidas profundas transformações, que modificarão as relações de trabalho e consumo. Na realidade, precisamos construir uma nova sociedade, com um novo modelo econômico. Voltando ao tema central, não teremos um futuro minimamente aceitável sem uma profunda revisão dos conceitos, fundamentos e modelo da economia. E não faremos esta revisão sem uma clara compreensão de nossa responsabilidade em termos de cidadania planetária.

IHU On-Line - O senhor pensa que o movimento coletivo pelo consumo ético pode ser visto como uma forma de ação política? Nesse sentido, ele teria poder de provocar transformações no campo da economia?

Henrique Cortez - Nossa compreensão de desenvolvimento é completamente diferente do que aí está. Queremos um desenvolvimento que seja sustentável, economicamente inclusivo, socialmente justo e ambientalmente responsável. Se não for assim, não é sustentável. Aliás, também não é desenvolvimento. Esta compreensão, se coletiva, é política e transformadora. O consumo é um ato político e econômico e, neste sentido,

deve ser ético, responsável e sustentável. O consumo só é ético se for sustentável e isto só ocorrerá com uma gigantesca redução do consumo global. O planeta, por exemplo, já soma mais de um bilhão de veículos, das scooters aos megacaminhões. Vamos imaginar, além do consumo de combustíveis e emissão de gases, o que esta frota significa em termos de energia, água, mineração, siderurgia, recursos naturais consumidos etc. Isto é insustentável sob qualquer perspectiva. Então, este novo modelo deve significar uma nova forma de organização, produção e consumo. Se isto tornar-se uma posição firme e clara por parte da sociedade, ocorreriam grandes transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Assim, talvez, consigamos chegar ao século XXIII.

**“O que hoje se
convenciona chamar de
consumo ético deve ser
encarado como
conservador em relação
à manutenção do
modelo consumista”**

IHU On-Line - Em que sentido a crise internacional pode ser uma possibilidade de pensarmos em alternativas em relação à nossa cultura do consumo?

Henrique Cortez - A crise pode ser uma grande oportunidade de mudança. Vou usar a questão do consumo insustentável como exemplo. O modelo produção/consumo precisa vender cada vez mais, em escala maior do que o crescimento populacional. Para isso, investe pesadamente no marketing, produzindo uma onda consumista sem paralelos na história. Ao mesmo tempo, todos os produtos devem ficar obsoletos o mais rápido possível, justificando sua substituição, mesmo que desnecessária. O desperdício é incentivado e o consumo desen-

freado, endeusado. É evidente que isto demanda cada vez mais recursos naturais e energia, logo, nossa pegada ecológica fica cada vez maior. Vamos imaginar que abolimos a obsolescência, ao mesmo tempo em que, por programas de eficiência energética, reduzimos a energia agregada ao produto. O primeiro impacto seria a redução da demanda de recursos naturais e de energia, mas, ao mesmo tempo, também reduziria a demanda industrial e, com ela, a oferta de empregos na indústria. Menos empregos e produção também reduziram a arrecadação de tributos, o que poderia enfraquecer toda a rede de proteção social oferecida pelos governos. Com esse argumento, os desenvolvimentistas são ferrenhos defensores do crescimento da produção, do consumo e, evidentemente, da carga tributária. Segundo eles, o resultado seria uma catástrofe econômica em escala global. Mas esta catástrofe não é necessariamente necessária. Uma grande parte deste modelo de desenvolvimento é virtual e meramente especulativo, como ficou demonstrado na atual crise financeira internacional e na crise alimentar. Muitas empresas obtêm mais da metade de seus lucros no mercado financeiro e, para isto, tornam-se grandes investidores nas bolsas de valores, especulando mais do que produzindo. Enquanto Wall Street, a economia virtual, esteve desconectada de *main street*, a economia real, o cassino especulativo enriqueceu muita gente, mas agora, com a crise, quando os papéis perderam a gordura especulativa e retornaram ao seu valor real, a conta ficou com o contribuinte. É da essência deste capitalismo especulativo que o lucro seja privado e o prejuízo seja socializado. É isto que está em questão, o que realmente deve ser entendido como desenvolvimento, como deve ser medido e incentivado. É um tema em aberto, com grandes questões e poucas respostas. Também não tenho esta pretensão e nem de longe tenho as respostas. Aliás, acho que ninguém tem. Fica, no entanto, o alerta de que este modelo não irá funcionar por muito tempo, na exata medida em que os recursos naturais se esgotam e que as mudanças climáticas podem colocar a economia e a sociedade diante de uma catástrofe planetária.

IHU On-Line - Diante da crise atual e das discussões em torno da crise do capitalismo, a proposta do consumo ético pode suscitar um debate sobre um possível “novo capitalismo”?

Henrique Cortez - O capitalismo é injusto, ganancioso, especulativo e insustentável por natureza e um “novo capitalismo” também o seria. Precisamos encontrar um novo modelo, uma nova concepção e o capitalismo, qualquer que seja a sua maquiagem, é a resposta errada. Pessoalmente, sou um ecossocialista e não tenho qualquer proximidade com a esquerda reformista que propõe um novo capitalismo, o que é uma desonestidade intelectual e uma fraude ideológica. Acredito que o ecossocialismo, sua compreensão de um novo mundo, de uma economia solidária e sustentável, será o caminho para a esquerda superar a crise atual.

IHU On-Line - Quais seriam as transformações essenciais na base da constituição da nossa sociedade para chegarmos a um consumo ético e realmente coerente?

Henrique Cortez - A primeira mudança será, evidentemente, na educação, que deve, além de ensinar, nos ajudar a compreender e assumir todas as nossas responsabilidades, individuais e sociais. Ninguém nasce intolerante, preconceituoso, racista, homofóbico, supremacista, antissemita, islamofóbico, consumista etc. Estas são atitudes que aprendemos desde o berço, herdadas da intolerância, aberta ou camuflada, de nossos antepassados. Se não tivermos capacidade crítica de compreender nossos próprios preconceitos e superá-los, iremos, certamente, reproduzir o modelo, contaminando o berço de nossos descendentes. Muitos desafios se apresentam neste novo século, com destaque para as mudanças climáticas, aquecimento global, hiperconsumo, esgotamento de recursos naturais, crise alimentar, refugiados ambientais etc. São desafios globais, que devem ser enfrentados por todos indistintamente e, mais do que nunca, precisamos uns dos outros, valorizando o que nos une e desprezando o que nos distancia. Se não nos esforçarmos para sermos melhores do que nossos antepassados, os novos desafios deste século serão muitos maiores e mais poderosos do que todos nós.

“O capitalismo está evoluindo rumo a níveis mais elevados de consciência em decorrência do colapso de seu maluco cassino global”

Para a economista Hazel Henderson, é preciso corrigir o PIB e incluir nele todos os custos e benefícios sociais e ambientais

POR GRAZIELA WOLFART

Em entrevista concedida por e-mail para a IHU On-Line, a economista inglesa, residente nos Estados Unidos, Hazel Henderson, afirma que sente a necessidade de uma nova economia e uma nova cultura do consumo que fossem mais condizentes com a sustentabilidade do planeta e declara que ajuda a promover isso com seus programas de televisão e sites — www.ethicalmarkets.tv e www.ethicalmarkets.com. No Brasil, o endereço é www.mercadoetico.com.br. Para ela, a principal limitação do pensamento econômico convencional, focado nos mercados e no PIB, é o “seu foco no dinheiro, que não tem valor intrínseco”. E explica: “O dinheiro é informação, uma invenção útil para rastrear as transações humanas com outros seres humanos e com a natureza, que são os ativos realmente valiosos. A ciência econômica está focada no materialismo e é patriarcal, visto que não valoriza o trabalho não remunerado das mulheres e o trabalho voluntário nas comunidades”.

Henderson ainda acrescenta que, “quando os manuais de economia forem corrigidos e todos os custos sociais e ambientais da produção forem incluídos nos preços aos consumidores, perceberemos que a produção e o comércio locais e regionais são mais eficientes”. E continua: “O comércio mundial pode deixar de transportar bens e passar a intercambiar serviços — porque é melhor trocar receitas do que tortas e biscoitos. Nós, humanos, adoramos compartilhar arte, poesia, literatura, filmes, ideias e invenções uns com os outros. Isto é comércio mundial sustentável, que ajuda a desenvolver a solidariedade e consciência humanas”.

Hazel Henderson é colunista internacional e consultora de desenvolvimento sustentável. Como editora das publicações *Futures* (Reino Unido) e *WorldPaper* (EUA), ela participa de muitos conselhos, inclusive do Worldwatch Institute e do Fundo Calvert de Investimento Social, ajudando a criar os Indicadores da Qualidade de Vida Calvert-Henderson. Foi assessora da National Science Foundation e dos US Office of Technology Assessment, de 1974 até 1980. Seu trabalho pode ser conferido na página www.hazelhenderson.com. Dos seus vários livros, foram publicados no Brasil *Transcendendo a Economia* (São Paulo: Cultrix, 1991), *Construindo um mundo onde todos ganhem* (São Paulo: Cultrix, 1996) e *Além da globalização: modelando uma economia global sustentável* (São Paulo: Cultrix, 1999). Ela concedeu a entrevista “Não podemos ignorar nossas realizações cooperativas e seus heróis e heroínas” à IHU On-Line número 141, de 16-05-2005, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158268420.39pdf.pdf>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Neste momento de crise global da economia capitalista, quais são as possibilidades e os limites de pensar uma economia que leve em conta a sustentabilidade da terra?

Hazel Henderson - O capitalismo está evoluindo rumo a níveis mais elevados de consciência em decorrência do colapso de seu maluco cassino global. Minha empresa, a Ethical Markets Media (Mercado Ético, no Brasil), defende a posição de que os mercados não podem existir durante muito tempo sem confiança, transparência, honestidade e prestação de serviço aos consumidores. Todos nós vemos a verdade desta posição agora. Assim, líderes econômicos e financeiros do Brasil, como, por exemplo, os do Instituto Ethos, muitas pessoas entrevistadas no programa de TV Mercado Ético e faculdades de administração de empresas, como a Amana Key, estão tomando a iniciativa de mudar o capitalismo e de tornar as empresas e os investidores mais responsáveis pela sustentação da Terra. Há iniciativas semelhantes nos Estados Unidos, no Canadá, na União Europeia, no Japão e na China. Os consumidores precisam de mais informações sobre produtos sustentáveis e precisam rejeitar as noções errôneas do materialismo e da acumulação que, pressupondo-se que as necessidades básicas estejam satisfeitas, não levam à felicidade.

IHU On-Line - Quais os desafios impostos pela globalização para o consumo sustentável?

Hazel Henderson - A globalização da produção e do consumo acarretou muito desperdício de energia no transporte e muita destruição da biodiversidade. Quando os manuais de economia forem corrigidos e todos os custos sociais e ambientais da produção forem incluídos nos preços aos consumidores, perceberemos que a produção e o comércio locais e regionais são mais eficientes. O comércio mundial pode deixar de transportar bens e passar a intercambiar serviços — porque é melhor trocar receitas do que tortas e biscoitos. Nós, humanos, adoramos compartilhar arte, poesia, literatura,

filmes, ideias e invenções uns com os outros. Isto é comércio mundial sustentável, que ajuda a desenvolver a solidariedade e consciência humanas.

IHU On-Line - A partir dos novos indicadores de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida, quais seriam os novos conceitos de progresso e prosperidade para nossa época?

Hazel Henderson - Precisamos corrigir o PIB e incluir nele todos os custos e benefícios sociais e ambientais. O Brasil propôs isto na 1ª Conferência Internacional sobre a Implementação de Indicadores de Sustentabilidade e Qualidade de Vida realizada em Curitiba em 2003. Em 2007, o Parlamento Europeu realizou a Conferência Para Além do PIB, que eu tive a honra de ajudar a organizar, e meus Indicadores de Qualidade de Vida, junto com o Grupo Calvert, são atualizados regularmente em www.Calvert-Henderson.com.

IHU On-Line - A senhora percebe a existência de uma dicotomia entre consumo ético e a economia capitalista da forma como está constituída hoje?

Hazel Henderson - Sim. Não pode haver consumo ético a menos que todos os custos sociais e ambientais sejam incluídos nos preços. A publicidade deveria ser regulamentada para ser veraz e não manipular os cidadãos apelando para o medo, a cobiça, a inveja e a vaidade, mas conscientizá-los a respeito dos imperativos da sustentabilidade. Em 2003, fundei a EthicMark © for Advertising that Uplifts the Human Spirit and Society [Marca Ética para a Publicidade que Eleva o Espírito Humano e a Sociedade]. Nosso Terceiro Prêmio Anual será apresentado no Centro David Cooperriders para os Negócios como Agentes do Benefício Mundial na Universidade Case Western em junho.

IHU On-Line - Quais as principais limitações do pensamento econômico convencional, focado nos mercados e no PIB?

Hazel Henderson - Seu foco no dinheiro, que não tem valor intrínseco. O dinheiro é informação, uma invenção

útil para rastrear as transações humanas com outros seres humanos e com a natureza, que são os ativos realmente valiosos. A ciência econômica está focada no materialismo e é patriarcal, visto que não valoriza o trabalho não remunerado das mulheres e o trabalho voluntário nas comunidades.

IHU On-Line - Quais seriam as mudanças necessárias para pensarmos em uma nova economia global que promova a justiça e a sustentabilidade em todos os níveis, do pessoal e local ao global?

Hazel Henderson - Para promover uma economia humana justa e sustentável, temos de deixar de lado Wall Street, Londres, Frankfurt e Tóquio, os chamados “centros financeiros”. Eles se revelaram como corruptos e destruidores da riqueza real nas comunidades e nos ecossistemas. Já que agora podemos nos comunicar de tantas formas novas, podemos deixar para trás o dinheiro e os grandes bancos e fazer comércio em nível local usando apenas a informação. Vemos todos os sistemas locais de escambo, bem como os sites de eBay, Craigslist, Freecycle, Microplace, Global Giving e outros. Podemos apoiar a agricultura local, os mercados de agricultores, intercâmbios livres e refazer nossos países para torná-los economias locais de fabricação caseira. Estas são as melhores redes de segurança — à medida que reformamos e regulamentamos o capitalismo no mundo inteiro.

IHU On-Line - Quais os principais desafios para a prática do consumo ético em nossos dias?

Hazel Henderson - Os antigos centros financeiros e seus autoproclamados “senhores do universo” ainda têm muitos lobistas e influenciam os políticos. Precisamos expulsar esses cambistas dos templos de nosso setor público e dos governos. Os meios de comunicação de massa ainda são apoiados por anunciantes que promovem mais consumo e desperdício. Podemos voltar nossa atenção para a mídia local e novas empresas que promovam produtos e serviços sustentáveis. Também precisamos de mais emissoras de rádio e televisão públicas e educativas.

O consumidor é um novo ator político?

Para Isleide Arruda, uma nova economia, mais condizente com o consumo ético, seria aquela na qual o progresso econômico não teria predominância

POR GRAZIELA WOLFART

Ao discutirmos a dicotomia existente entre a economia clássica e a proposta de sustentabilidade do planeta, é inevitável não tocar no tema do consumo ético. E a professora Isleide Arruda, da Fundação Getulio Vargas, concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**, aceitando o nosso convite de tentar definir o que podemos entender por consumo ético. Segunda ela, “significa um ato de compra (ou não compra) no qual estão implícitas as preocupações do processo de consumir com os impactos que isso possa causar ao ambiente econômico, social ou cultural”. Ou seja, continua ela, “ele está circunscrito ao fato de que o consumidor pensa e se preocupa com os efeitos que uma escolha de compra gera aos outros e ao mundo externo como, por exemplo, com o tratamento despendido aos trabalhadores envolvidos na produção de um determinado produto, ou com os impactos ambientais que certos produtos causam”. No entanto, alerta a professora, “ele só se torna um consumo ético, no sentido político, na medida em que se condensa em um coletivo”.

Isleide Arruda confessa que costuma pensar que “talvez estejamos vivendo três grandes tipos de esgotamento que, juntos, poderiam provocar um novo estado de coisas: o esgotamento dos recursos naturais; o esgotamento do mercado de produção e consumo de massas; e o esgotamento de um certo imaginário social que se construiu em torno da ideia de que consumo seria sinônimo de felicidade”.

Professora da Fundação Getulio Vargas-SP, em cursos de graduação e pós-graduação, Isleide Arruda Fontenelle é integrante do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração. Seus interesses de pesquisa estão relacionados às transformações sociais e impactos subjetivos, com foco especial para questões voltadas à cultura de consumo e fenômenos comportamentais do capitalismo contemporâneo. É graduada em Psicologia, com mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará, doutorado em Sociologia, pela Universidade de São Paulo, e pós-doutorado em Psicologia Social, pela PUC-SP. É autora de *O nome da marca: Mcdonald's, fetichismo e cultura descartável* (2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006) e *Pós-modernidade: trabalho e consumo* (São Paulo: Cengage Learning, 2008). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que sentido o consumo ético sugere a construção de um novo fazer político?

Isleide Arruda - Na medida em que sugere a participação do consumidor como um novo ator político e que questiona os pilares da sociedade de consumo construída ao longo do século XX. O consumo ético está muito ligado à ideia de movimento, de ativismo dos consumidores. Significa um ato de compra (ou não-compra), no qual estão implícitas as preocupações do processo de consumir com os impactos que isso possa causar ao ambiente econômico, social ou cultural. Ou seja, ele está circunscrito ao fato de que o consumidor pensa e se preocupa com os efeitos que uma escolha de compra gera aos outros e ao mundo externo

como, por exemplo, com o tratamento despendido aos trabalhadores envolvidos na produção de um determinado produto, ou com os impactos ambientais que certos produtos causam. Mas ele só se torna um consumo ético, no sentido político, na medida em que se condensa em um coletivo. Na literatura internacional, esse termo não é novo, remontando ao século XIX, através de histórias de boicotes e de formação de cooperativas de compras, como as cooperativas inglesas emergentes no final do século XIX, formadas em reação aos preços excessivos e à má qualidade dos produtos. Mas hoje o termo ganha proeminência na medida em que os movimentos de consumidores têm se envolvido com problemas complexos como a sustentabilidade do planeta, o

comércio justo, a solidariedade social, e os direitos do consumidor enquanto direitos de cidadania.

IHU On-Line - Como seria uma nova economia que fosse mais condizente com o consumo ético?

Isleide Arruda - Uma economia na qual o progresso econômico não teria predominância, daí o consumo ético levantar a bandeira na defesa de questões relacionadas ao meio ambiente, ao comércio justo, enfim, a um novo modelo de desenvolvimento baseado na ideia da sustentabilidade em seu sentido mais amplo. Trata-se de uma mudança do paradigma produtivo e de questionamento da sociedade de consumo atual, na qual o modelo de consumo, baseado no excesso e na des-

cartabilidade, acabou por condicionar todas as esferas da vida a essa lógica, à lógica do consumo.

IHU On-Line - O consumo ético tem real poder de transformação social ou o conceito acaba sendo absorvido pelo mercado? Qual o real poder de influência do movimento coletivo pelo consumo ético em nossa sociedade?

Isleide Arruda - As duas possibilidades estão presentes. Há duas vertentes na literatura internacional: a primeira que descreve os consumidores como a nova força capaz de enfrentar as grandes corporações em face do declínio do poder e a da influência dos sindicatos trabalhistas; e que eles, de fato, estão causando impactos profundos nos projetos das grandes corporações. Um dos partidários dessa corrente é o sociólogo inglês Anthony Giddens,¹ que aposta na possibilidade efetiva de ação dos consumidores já que, tendo em vista que muitos dos riscos que nós estamos enfrentando são decorrentes das nossas próprias ações humanas na construção das sociedades de consumo, tais ações passaram a ser questionadas e politizadas. Sob essa perspectiva, o “consumo ético” estaria provocando uma mudança na atual sociedade de consumo de massas e formatando uma nova “cultura de consumo”.

Por outro lado, há aqueles que acreditam que esses movimentos têm sido absorvidos pelo mercado, na medida em que o mercado de consumo de massas também se vê diante do esgotamento desse modelo. Para esses autores, o movimento pelo consumo ético tem oferecido *insights* importantes para o mercado se reinventar, tal qual ocorreu com os movimentos contraculturais na década de 1960. Na perspectiva do jornalista Thomas

¹ Anthony Giddens: sociólogo inglês, foi diretor da London School of Economics and Political Science” (LSE). É autor de 34 obras, publicadas em 29 línguas, e de inúmeros artigos. Em 1985, foi cofundador da Academic Publishing House Polity Press. É também conhecido como o mentor da ideia da Terceira Via. Entre suas obras publicadas em português, citamos *As consequências da modernidade* (Oeiras: Celta, 1992), *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber* (Lisboa: Editorial Presença, 1994), e *Transformações da Intimidade - Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (Oeiras: Celta Editora, 1996) (Nota da IHU On-Line)

Frank,² autor do livro *The conquest of cool*, os movimentos contraculturais dos anos 1960 injetaram um novo alento para o mercado e para a renovação e perpetuação da sociedade de consumo. Nesse início de século, com a nova etapa pelo “consumo ético”, o mercado também teria encontrado sua nova face. De fato, quando nos deparamos com o imenso “mercado verde” ou com o “mercado da cidadania”, relacionados, respectivamente, a atitudes politicamente corretas e a ações de filantropia e de responsabilidade social, somos tentados a concordar com Frank e a admitir que esses movimentos de consumidores funcionariam como uma espécie de vírus do sistema, que, à semelhança de Neo, no filme *Matrix*, seriam produzidos para indicar

“O consumo ético está muito ligado à ideia de movimento, de ativismo dos consumidores”

as falhas e as possibilidades de correção do modelo. Ou seja: poderiam até causar mudanças no modelo, mas não alterariam as relações de força, comandadas, hoje, pelo mercado, e nem empreenderiam transformações sociais mais amplas.

IHU On-Line - O sujeito contemporâneo tem real autonomia para assumir uma postura mais ética em relação ao consumo, ou podemos identificar uma dificuldade ou até impossibilidade de cultura crítica?

Isleide Arruda - Essa pergunta é bem complexa e eu não tenho uma resposta bem resolvida para ela. É nisso que tenho investido minhas pesquisas atualmente. Tenho tentado entender a construção deste “consumidor responsável” (cujos termos variam também para consciente, verde, sustentável, ético, crítico, ativista etc.) no interior

² Thomas Frank (1965): escritor americano, jornalista e colunista do *Wall Street Journal*. (Nota da IHU On-Line)

de uma sociedade de consumo que forjou uma subjetividade à sua imagem e semelhança. Então, como seria possível, dessa sociedade, emergir o pensamento crítico, no sentido da transformação desse modelo? Foi esse o impasse que os autores da Escola de Frankfurt³ (notadamente Theodor Adorno⁴) se depararam quando passaram a pesquisar essas questões. Ou seja: há ou não há esse espaço de autonomia para o pensamento crítico? Se insistirmos em uma vertente psicanalítica, que aposta na “liberdade negativa do sujeito”, ou seja, em um espaço de manobra no qual o sujeito, de fato, pode questionar e se rebelar, podemos afirmar que sim, esse espaço de real autonomia existe em potencial. Mas toda a questão é como esse potencial pode, de fato, se concretizar diante das condições sócio culturais postas atualmente, quando nos vemos diante de sujeitos esgotados psiquicamente.

IHU On-Line - A senhora acredita que os consumidores possuem força capaz de enfrentar as grandes corporações diante do declínio do poder e da influência dos sindicatos trabalhistas? Podem provocar impactos nos projetos das grandes corporações?

Isleide Arruda - A força que os consumidores descobriram ter diante das grandes corporações foi no sentido de perceberem que poderiam causar danos às suas imagens de marca. Mas o problema é que esses movimentos se tornaram tão imagéticos quanto as imagens que visavam destruir — tornaram-se parte

³ Escola de Frankfurt: Escola de pensamento formada por professores, em grande parte sociólogos marxistas alemães. Abordou criticamente aspectos contemporâneos das formas de comunicação e cultura humanas. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como indústria cultural e cultura de massa. Entre os principais professores e acadêmicos da Escola podemos destacar: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1885-1973), Walter Benjamin, Herbert Marcuse (1917-1979) e Franz Neumann, entre outros. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

da sociedade do espetáculo. Gostei muito da crítica e da proposição de Robert Reich⁵ — autor do livro *Supercapitalismo* —, quando sugere que a real efetividade desses movimentos se daria se eles entendessem que o lugar possível de pressionar e, eventualmente, ganhar algumas batalhas, estaria na política, na formulação das políticas públicas, na busca por fazer valer certas leis. Daí porque Reich propõe que os cidadãos, em especial americanos e europeus — na medida em que vivem em áreas prósperas e importantes — ajam com mais vigor em busca da realização das leis vigentes em seus países, além de proporem a elaboração de leis mais eficazes na defesa do meio ambiente ou da justiça social.

IHU On-Line - Considerando que o “consumo ético” estaria provocando uma mudança na atual sociedade de consumo de massas e formatando uma nova “cultura de consumo”, como se caracteriza essa nova “cultura de consumo”?

Isleide Arruda - Não creio que esse novo modelo — essa possível nova cultura pós-consumista — possa vir a se concretizar mediante, apenas, o resultado de movimentos como o movimento pelo consumo ético. Assim como a cultura de consumo de massas foi formatada a partir da conjunção de diversos fatores — sociais, culturais, políticos —, o mesmo deve ocorrer para que um novo tipo de cultura pós-consumista possa surgir. Eu costumo pensar que, hoje, talvez estejamos vivendo três grandes tipos de esgotamento que, juntos, poderiam provocar um novo estado de coisas: o esgotamento dos recursos naturais; o esgotamento do mercado de produção e consumo de massas; e o esgotamento de um certo imaginário social que se construiu em torno da ideia de que consumo seria sinônimo de felicidade.

IHU On-Line - Que relações podem ser estabelecidas entre consumo ético e espaço público, principalmente pensando no processo de democratização da América Latina?

⁵ Robert B. Reich: professor na Goldman School of Public Policy da University of California, em Berkeley. Foi o 22º secretário norte-americano, trabalhando no governo do presidente Bill Clinton, de 1993 a 1997. (Nota da IHU On-Line)

Isleide Arruda - Em primeiro lugar, é preciso entender que a temática do consumo sempre representou um objeto central de reflexão para a teoria crítica que, a partir dos escritos dos chamados autores frankfurtianos (Theodor Adorno e Max Horkheimer,⁶ principalmente), compreendeu que as sociedades de consumo estariam gerando uma nova “cultura de massas” e produziu um amplo arcabouço teórico-crítico que demonstrou o lugar do consumo na sociedade contemporânea e de como, a partir do marketing e de seus principais mecanismos de persuasão (propaganda e publicidade), começou a se dar uma infiltração da esfera comercial na esfera pública, mediante uma forma de comunicação cada vez mais guiada pelo mercado. Tal fenômeno seria ainda mais forte nas sociedades latino-americanas, caracterizadas pela

“Há ou não há esse espaço de autonomia para o pensamento crítico?”

inexistência histórica de um espaço comunicativo semelhante ao contexto europeu, possibilitando, dessa forma, que os meios de comunicação de massa passassem a ser os mediadores sociais por excelência e estabelecessem um novo tipo de esfera pública “virtual”. Tal estado de coisas levou a uma interpretação central da teoria crítica, especialmente adorniana: a da perda da autonomia do espaço público e da atomização do indivíduo e sua transformação em consumidor de entretenimento.

Essa foi a posição predominante ao longo de quase todo o século XX. Foi apenas na década final do referido século, no prefácio da reedição alemã de 1990, do livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, que a teoria crítica foi revisitada por Jürgen Habermas,⁷

⁶ Max Horkheimer (1895-1973): filósofo e sociólogo alemão, conhecido especialmente como fundador e principal pensador da Escola de Frankfurt e da teoria crítica. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a

um dos principais representantes contemporâneos da Escola da Frankfurt, o qual propõe a possibilidade de um espaço de manobra que havia sido totalmente fechado pelos frankfurtianos da primeira geração.

No Brasil, especificamente, esse debate foi retomado por alguns autores que buscaram relacionar sociedade civil, democracia e teoria crítica, presente no livro organizado por Leonardo Avritzer⁸ (*Sociedade civil e democratização*, 1994). Nesse livro, os autores fazem uma bela revisão histórica sobre o desenvolvimento do conceito de espaço público, enfatizando as questões centrais que Habermas elaborou no seu prefácio, no qual sustenta o potencial público de crítica, a despeito da pressão da mídia. Segundo esses autores, Habermas recuperou a possibilidade de uma relação entre a teoria crítica e a teoria democrática que passou a demarcar uma nova abordagem sociológica sobre o processo de democratização na América Latina, que se consolidou ao longo dos anos 1990 e que redefiniu a noção de “espaço público” enquanto um “modelo discursivo”. Entretanto, os autores apontam para necessidades de correção do modelo discursivo habermasiano, propondo que nele coubesse a emergência dos *new publics* que seriam novos públicos e novos espaços de formações críticas de comunicação (subculturas, movimentos sociais alternativos etc.) que poderiam propor novos modos e estilos de vida que colocariam em xeque os padrões estabelecidos pelo *mainstream comunicacional*.

A questão que me ficou, entretanto, é se seria possível, a partir dessa definição dos *new publics*, identificar o movimento pelo consumo ético, tal qual ele vem sendo caracterizado nesse início de século — com sua agenda voltada para

ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito que encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Confira no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu), na editoria Notícias do Dia, o debate entre Habermas e Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. Habermas, filósofo ateu, invoca uma nova aliança entre fé e razão, mas de maneira diversa como Bento XVI propôs na conferência que realizou em 12-09-2006 na Universidade de Regensburg. (Nota da IHU On-Line)

⁸ Leonardo Avritzer: doutor em Sociologia pela New School for Social Research e professor da Universidade Federal de Minas Gerais. (Nota da IHU On-Line)

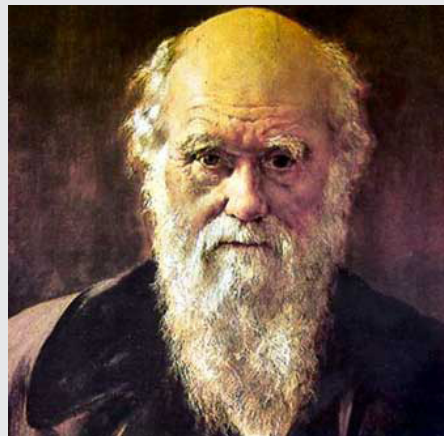
“A força que os
consumidores
descobriram ter diante
das grandes corporações
foi no sentido de
perceberem que
poderiam causar danos
às suas imagens de
marca”

questões como comércio justo, direitos civis, solidariedade global etc. —, como um novo ator político, que pudesse recuperar a relação entre teórica crítica e teoria democrática. Há um silenciamento a esse respeito no campo da teoria crítica, pelo menos no Brasil. O avanço do conceito de espaço público, no interior da literatura sociológica ao longo dos anos 1990, indica um debate travado em torno da questão da representação e do conceito de democracia, ou seja, da relação entre política institucionalizada e “relação argumentativa crítica”, com a organização política no lugar da participação direta. É esse o centro do debate e é em torno dele que os denominados “novos movimentos sociais”, ou *new publics*, são chamados a participar.

Mas a aposta nos movimentos de consumidores como movimentos políticos capazes de fazerem parte do processo democrático na América Latina tem o seu representante no continente: o mexicano Néstor García Canclini,⁹ autor do livro *Consumidores e cidadãos*.¹⁰ Esse é um outro autor, no interior da literatura já citada em perguntas anteriores, que acredita em um novo modo de fazer política que envolve a participação do consumidor como um sujeito político.

⁹ Nestor Canclini: sociólogo argentino, autor de, entre outros *A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979). (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ *Consumidores e cidadãos* (5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005). (Nota da IHU On-Line)



ESTÃO ABERTAS AS
INSCRIÇÕES PARA
O IX SIMPÓSIO
INTERNACIONAL IHU:
ECOS DE DARWIN, QUE
ACONTECE DE 9 A 12
DE SETEMBRO. FAÇA
SUA INSCRIÇÃO AGORA:
[WWW.UNISINOS.BR/
IHU.](http://WWW.UNISINOS.BR/IHU)



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



Brasil em Foco

O mercado realiza a globalização dos infernos. Brasil deve construir a sua proposta de futuro

O mercado não é capaz de se autorregular, por isso precisa ser altamente controlado pelo Estado, defende o economista Carlos Lessa. A crise internacional é grave e demorará a passar. Precisamos criar antídotos contra ela no Brasil, para não nos contaminarmos, pontua

POR MÁRCIA JUNGES

A crise econômico-financeira mundial é uma realidade com a qual ainda conviveremos por anos, sentenciou o economista Carlos Lessa, na entrevista exclusiva que concedeu, por telefone, à IHU On-Line. De acordo com ele, devemos construir salvaguardas e antídotos, já que tal situação “pode nos contaminar pesadamente”. Retomando as ideias de John Maynard Keynes, Lessa refletiu sobre a importância do controle estatal sobre a economia, e disse que, agora, os neoliberais do Primeiro Mundo “aplaudem as ações interventoras do Estado”. Quanto à invulnerabilidade brasileira diante do caos que se instalou nas economias mundo a fora, rebateu: “Não é tão verdade que tenhamos sido um dos países menos atingidos pela crise. É verdade que somos o país que teve menos complicações com seus bancos”. E confidencia: “Como presidente do BNDES, minha principal frustração foi não ter salvado a Varig. Senti-me derrotado por não ter sido autorizado a salvar essa empresa. E dava para salvar... Foi, do meu ponto de vista, uma catástrofe”.

Carlos Lessa é ex-presidente do BNDES, formado em Ciências Econômicas, pela antiga Universidade do Brasil, e doutor em Ciências Humanas, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (Unicamp). Leciona na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor avalia que o governo brasileiro tem conduzido a política econômica neste momento de crise? Como entender que o Brasil é um dos países menos atingidos até agora?

Carlos Lessa - Primeiramente, não é tão verdade que nós tenhamos sido um dos países menos atingidos pela crise. É verdade que somos o país que teve menos complicações com seus bancos. Se compararmos a situação dos outros países atingidos pela crise com a brasileira, é notável o fato de que os bancos brasileiros, de modo geral, estão saudáveis. E para os bancos que estavam mais fragilizados, os pequenos, o governo fez uma política razoavelmente inteligente para evitar que fossem engolidos nessa crise. Esse é o lado pelo qual o Brasil se diferencia

dos outros países. No Primeiro Mundo, estão sendo estatizados bancos, e organizações centenárias, ultrassólidas, viraram pó. Quando pensamos que o Bank of America, o City Bank, primeiro e segundo maiores bancos americanos, respectivamente, estão desmoronando, quando os bancos de investimento americano desapareceram, e os que não desapareceram viraram bancos comerciais, quando o UBS, maior banco da Suíça, está em situação precária, e assim por diante, então podemos dizer que a situação bancária brasileira é espetacular. Isso se deve, em parte, ao fato de que o Brasil tem dois bancos públicos muito fortes, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF), e possui um banco de desenvolvimento, o BNDES, maior do que o Banco Mundial. Esse núcleo financeiro

público tem sido o grande guardachuvas brasileiro em relação à crise, combinado com o fato de que, à custa de sangue, suor e lágrimas, estagnação e todas dificuldades, o Brasil tem, hoje, reservas internacionais razoáveis. Se não nos colocarem para escanteio, temos suprimentos para podermos seguir navegando nesse oceano de dificuldades.

Cenário sombrio

Do ponto de vista de empregos, taxa de investimentos produtivos, desempenho das exportações, saúde das empresas, o Brasil foi tão atingido como qualquer outro país do mundo. Darei um exemplo. O maior grupo brasileiro é o Votorantim, que teve perdas colossais. A Aracruz, maior empresa de

celulose brasileira, quase quebrou. Só não quebrou porque recebeu apoio do BNDES para escorar a Votorantim, que incorporou a Aracruz. Se não fosse por isso, a Aracruz teria caído nas mãos dos finlandeses da Stora Enso.¹ A Sadia está vacilante, e acabamos de acompanhar sua fusão com a Perdigão. Os matadouros estão fechando e despedindo funcionários por todo Brasil. A suinocultura está em estado de devastação por causa das armadilhas do mercado russo e do medo infundado das pessoas em comer carne de porco. Não temos nenhum cenário brilhante no segmento agroexportador. Apanhamos bastante. E, na medida em que a especulação financeira está empurrando de volta o dólar para R\$2,00, isso é terrível para os exportadores, porque o preço internacional caiu. O volume de vendas despencou.

Trajetória de desenvolvimento

Há, por consequência, desemprego, produção industrial em queda, e uma porção de dimensões extremamente desfavoráveis. Felizmente, não passamos por nada parecido em relação à corrida de bancos e ao medo de quebraadeira. Então, não é verdade que o Brasil tenha sido um dos países menos atingidos. O que é verdade é que país, no cenário dessa crise mundial, pode, talvez, ser o país que construa uma trajetória de desenvolvimento. O Brasil pode superar essa crise, talvez mais rapidamente do que todas as outras economias do mundo. Temos vantagens notáveis no segmento de energia, com muita hidreletricidade a aproveitar. Temos a economia do petróleo para desenvolver como carro-chefe da industrialização brasileira e do desenvolvimento de serviços e agropecuário. Temos, ainda, uma enorme reserva de petróleo, o pré-sal, a quarta reserva mundial em matéria de energia. Para o Brasil, esse é um cenário excelente. Em contrapartida, temos um cenário horrível, para dizer o mínimo, quanto à matriz logística.

Matriz logística

O Brasil transporta basicamente em caminhões, o que custa cinco vezes mais caro do que através de ferrovias. Nós temos uma contribuição ridiculamente pequena de transporte ferroviário e quase ausente de aquaviário. Transportamos pela modalidade mais cara do planeta: a rodoviária, seja para cargas, seja para pessoas. Tenho defendido como tese de que esse é um limão azedo na vida brasileira. Para termos uma ideia, nos EUA, os gastos de transportes chegam a 8% do PIB. No Brasil, esse valor chega a 13,2% do PIB – quase o dobro. Ao mesmo tempo, nós podemos converter esse limão azedo numa limonada maravilhosa, desde que se forme um modelo de desenvolvimento nacional que tenha como um dos seus pilares mudar a matriz de transporte brasileira. Ou seja, fazer com que a ro-

“Pessoalmente, acredito que o câmbio brasileiro deveria ser centralizado”

dovia seja alimentadora da ferrovia e hidrovia. Aumentar as linhas tronco-ferroviárias e instalar a navegação de cabotagem e hidroviária do país. Nas cidades, instalar transporte de trem urbano e metrô. Isso teria um nível de elevação de produtividade espetacular na economia brasileira. Como 80% da população brasileira vive hoje nas cidades, 50% nas metrópoles, isso irá reduzir muito o custo do que é abastecido nas cidades, ou seja, o poder de compra com o salário cresce rapidamente com esse ganho de produtividade. O Brasil tem uma perspectiva de ativar o mercado interno de forma espetacular fazendo um programa de investimentos públicos de grande porte em infraestrutura e transportes.

IHU On-Line - Na outra entrevista

que nos concedeu, o senhor afirmou que o capitalismo não chegou ao fim, mas que iria sofrer uma intervenção do Estado para superar a crise. Isso já está acontecendo?

Carlos Lessa - A intervenção está acontecendo. No mundo inteiro, assistimos ao Estado intervir com a maior falta de cerimônia. Todos os neoliberais do Primeiro Mundo agora aplaudem as ações interventoras do Estado. No Brasil, temos tido alguns sinais de intervenção, porém ainda tímidos e modestos em relação não à crise, mas em relação a uma espécie de vacina contra as piores dimensões da crise. Pessoalmente, acredito que o câmbio brasileiro deveria ser centralizado. Ao mesmo tempo, deveria haver um orçamento de câmbio, feito pelo Banco Central. Esse orçamento seria aprovado pelo Congresso nacional para comprometer as forças políticas do país com a orientação cambial, e o executor deveria ser o Banco do Brasil. Retiraria dos bancos e empresas privadas fazerem operações com câmbio. Isso porque, da mesma maneira como se quer estabelecer quarentena para quem tem gripe suína, da mesma forma com que mandamos os funcionários trabalharem com máscaras para não se contaminarem, precisamos evitar a contaminação econômica. A crise financeira internacional é muito séria, e irá demorar muito a passar. E ela pode nos contaminar pesadamente. Deveríamos construir os antídotos e salvaguardas contra ela. Nesse sentido, há uma forte timidez, e o conservadorismo do Banco Central brasileiro pesa nessa atitude.

IHU On-Line - Nesse sentido, qual é a sua opinião sobre a proposta de Bresser Pereira em controlar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil? Qual é o seu ponto de vista a respeito de ideias dessa natureza?

Carlos Lessa - Francamente, não gosto de movimento de capitais estrangeiros de curto prazo. Penso que é interessante quando o capital estrangeiro vem por um período de internação no país prolongado. Porque esses movimentos espasmódicos, de “entra e sai”, produzem oscilações violentas.

¹ Sobre a Stora Enso, confira a ampla repercussão dada pelo sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

tas na Bolsa de Valores e convertem as empresas brasileiras em jogadoras do cassino cambial. A Sadia perdeu no jogo. Mas outros devem ter ganho... No entanto, esse clima de jogatina em nada interessa para o mundo empresarial brasileiro. No mundo empresarial brasileiro, interessa o investimento produtivo que gera emprego, renda, articula as forças da nação.

IHU On-Line - Acredita que a tendência é que surjam novas propostas como essa?

Carlos Lessa - Penso que sim. O Brasil já vem assumindo essa posição há algum tempo. Acredito que é uma bonita pauta de discussão. Espero que as forças políticas do Brasil comecem a discutir essas coisas. Foram feitas muitas recomendações técnicas, porém a discussão sobre elas está muito embrionária, circunscrita ao círculo acadêmico.

IHU On-Line - Diria que Keynes é, então, mais atual do que nunca?

Carlos Lessa - A tese fundamental é de que o mercado não é capaz de se autorregular. Qualquer mercado pode ser enquadrado nessa característica, mas principalmente os segmentos do dinheiro, trabalho e aplicações financeiras. Esses são segmentos nos quais o mercado apresenta comportamentos destrutivos – às vezes, com euforias inexplicáveis, e em outras com “estouros de manada” nos quais, como búfalos, ele marcha para os precipícios. O mercado deve ser altamente regulado. Além disso, os investimentos prioritários para o futuro do país não são feitos pelas empresas, porque elas dão concretude ao futuro. Porém, quem define o rumo do futuro é o investimento público. Quando o setor público abre uma estrada, ele sinaliza para todas as empresas que, no eixo daquela estrada, devem surgir investimentos. De qualquer modo, nenhuma empresa, sozinha, irá fazer estradas. O máximo que ela irá fazer é arrendar uma concessão de uma estrada já feita. Entretanto, ela não é capaz de realizar investimentos pioneiros. E um país em desenvolvimento precisa de desenvolvimentos pio-

neiros. Por isso, o Estado deve ser um grande investidor produtivo, e não aplicador financeiro. Essa mistura semântica é uma das coisas mais trágicas, quando o investimento passa a ser aplicação financeira. Aplicação financeira não é investimento, mas sim mudança de patrimônio. Investimento significa trazer nova capacidade produtiva, novas instalações industriais, novos equipamentos agrícolas, novas linhas de prestação de serviço, estoques. São as forças produtivas. O Estado brasileiro precisa assumir a liderança disso, porque não compete ao mercado fazê-lo. O que o mercado realiza é essa globalização dos infer-

“Aplicação financeira não é investimento, mas sim mudança de patrimônio. Investimento significa nova capacidade produtiva, novas instalações industriais, novos equipamentos agrícolas, novas linhas de prestação de serviço, estoques”

nos, algo que nós, que nunca acreditamos no neoliberalismo, estamos roucos de falar. No entanto, apenas agora, quando acontece a catástrofe, começam a reconhecer que é uma realidade.

IHU On-Line - O senhor também disse que essa crise poderia ser medida por seu impacto causado na China. Qual é a situação desse país frente ao cenário econômico de crise e qual

é sua relação com o Brasil?

Carlos Lessa - Todos os países do mundo estão tendo desempenhos ruins, alguns até péssimos. E alguns países estão conseguindo, mais ou menos, segurar as coisas. A China faz parte desse último grupo. Mesmo lá, 900 mil chineses desempregados tiveram de retornar para o campo. Esse cenário dos países em recessão, empresas altamente endividadas, paralisadas em seus programas de ampliação, irá durar muito tempo. Por isso, o Brasil deve construir a sua própria proposta de futuro. Não podemos ficar esperando que os ventos mundiais mudem de rumo, porque eles não irão mudar tão cedo. Em Davos, um especialista disse que levará quatro anos para passar a crise. Ele foi criticado por outros especialistas porque foi otimista demais. Essa crise veio e será demorada. Para o Brasil, a dica é construir anticorpos, vacinas, salvaguardas e aproveitar seus dados positivos para lançar um projeto positivo. No Rio Grande do Sul, está sendo feita uma coisa da qual gosto muito: iniciaram a campanha “Pré-Sal é nosso”. Estive na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, e vi as adesões de todas as entidades gaúchas. Como o gaúcho tem um fundo cultural nacionalista forte, esse Estado irá liderar essa campanha pelo Brasil. Eu, pelo menos, gostaria disso.

IHU On-Line - Qual é a sua análise sobre o prejuízo de R\$ 10 milhões provocados no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) pelo BNDES, que não pagou os juros das operações com dinheiro do fundo?

Carlos Lessa - O BNDES é obrigado a pagar ao FAT,² sempre, a remuneração. São os recursos que o BNDES paga ao FAT que mantém o programa de Segu-

² Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT): fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. (Nota da IHU On-Line)

ro Desemprego. Se isso for realmente verdade, é algo muito inquietante e ruim.

IHU On-Line - Qual é o papel do BNDES nesse cenário de crise e como ele é visto internacionalmente?

Carlos Lessa - Os gigantes brasileiros são extremamente bem vistos. No último ranking mundial de empresas brasileiras, das dez listadas, duas são brasileiras: a Petrobras e a Vale do Rio Doce. O BNDES é considerado um excelente banco a nível internacional, e um banco cooperador de alta qualidade, com um memorial de êxitos muito expressivo. Ele tem grande prestígio lá fora.

A missão do BNDES é tocar para a frente o investimento produtivo no Brasil. A função básica dele é “empurrar para frente” tudo o que “empurra para frente” o nosso país. Por exemplo: foi muito correta a decisão do BNDES de apoiar pesadamente a Petrobras. Penso que foi uma decisão corretíssima dele evitar que a Aracruz fosse adquirida pelo capital estrangeiro da Stora Enso. Sou a favor da ajuda do BNDES à fusão Sadia-Perdigão. Não podemos perder empresas desse porte. Ao mesmo tempo, o BNDES precisa financiar “para valer” usinas hidrelétricas, ferrovias, formular o plano de mudança da matriz de transportes no Brasil. Eu gostaria que o BNDES estivesse financiando no Brasil muito mais metrô e ferrovias urbanas do que vem fazendo. Por outro lado, o BNDES não pode, ele, forçar a demanda. Ele pode dar sustentabilidade ao que for solicitado. Se para o governo federal não é prioritário o metrô, para o BNDES fica limitado financiar esse setor. O papel do BNDES é ir além do mercado, ajudando o país a construir seu futuro, este feito por atividades pioneiras. Numa situação de crise, o BNDES deve ser o hospital que impede que o país perca suas empresas vitais e poderosas. Como presidente do BNDES, minha principal frustração foi não ter salvado a Varig. Senti-me derrotado por não ter sido autorizado a salvar essa empresa. E dava para salvar... Foi, do meu ponto de vista, uma catástrofe.

IHU On-Line - Como percebe a fusão das empresas Sadia e Perdigão? O que significa essa fusão no momento atual?

Carlos Lessa - A fusão representa que fica com os brasileiros o domínio da economia mundial do frango. A verdade é essa. Com a Sadia quebrada, não haveria grupo nacional candidato a assumi-la. Assim, um grupo estrangeiro assumiria seu controle. Assim o Brasil perderia preponderância no cenário internacional de proteína branca, de frango. Acredito que dos males o menor: salvar a Sadia significou fundi-la com a Perdigão.

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Carlos Lessa.

Entrevistas:

* *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes.* IHU On-Line número 276, de 06-10-2008, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1223468601.6593pdf.pdf>

* *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.* IHU On-Line número 278, de 21-10-2008, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1224527244.6963pdf.pdf>

* *A crise capitalista e a esquerda.* IHU On-Line número 287, de 30-03-2009, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1238442393.0578pdf.pdf>

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Sobre a crise econômico-financeira mundial a IHU On-Line já produziu outras edições.

Confira e acesse:

* *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes.* IHU On-Line número 276, de 06-10-2008, disponível no link

<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1223468601.6593pdf.pdf>

* *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.* IHU On-Line número 278, de 21-10-2008, disponível no link

<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1223468601.6593pdf.pdf>

* *Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental.* IHU On-Line número 285, de 08-12-2008, disponível no link

<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1228844464.795pdf.pdf>

* *A crise capitalista e a esquerda.* IHU On-Line número 287, de 30-03-2009, disponível no link

<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1238442393.0578pdf.pdf>

* *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado.* IHU On-Line número 291, de 04-05-2009, disponível no link

<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1241529024.5858pdf.pdf>

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE
WWW.UNISINOS.BR/IHU

Teologia Pública

Desafios da inculturação do cristianismo

Para o teólogo Degislando Nóbrega de Lima, a inculturação do cristianismo no mundo plural remete à compreensão da evangelização associada à educação contínua de esperança

POR PATRICIA FACHIN

As questões que fazem parte do debate acerca do pluralismo religioso têm suscitado uma reflexão exaustiva sobre a identidade: “Quem somos? O que propomos? O que nos distingue? Do quê e de quem podemos/devemos nos aproximar? O que temos de corrigir, inserir ou depurar para continuar sendo quem somos ou deveríamos ser?”. A opinião é defendida pelo teólogo e professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) Degislando Nóbrega de Lima. Para ele, essas questões “mobilizam de forma subjacente ou explícita o cristianismo atual”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Lima afirma que o desafio para a inculturação do cristianismo num mundo pluralizado, está diretamente ligado à libertação da mensagem cristã “dessa fixação agressiva na recomposição de uma unidade perdida”. E dispara: essa libertação supõe superar “o medo da liberdade alheia, medo pela salvação das maiorias, e o medo de que o Evangelho não baste para tocar, atrair as pessoas”. Para ele, trata-se de levar a sério a “missão como contínuo processo de ir discernindo na história a possibilidade e a exigência da revelação de Deus como revelação do homem ao próprio homem, de modo que a fé cristã não seja nivelada a um suporte técnico entre os tantos já disponíveis no universo da racionalidade instrumental”.

Degislando Nóbrega de Lima possui graduação em Teologia, pelo Centro de Estudos de Filosofia e Teologia do Seminário Imaculada Conceição da Arquidiocese da Paraíba, e doutorado em Teologia da Missão — Westfälische Wilhelms Universität Munster, na Alemanha. Atualmente, é coordenador do curso de pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como vem sendo re-fletido a interface entre contextos modernos/pós-modernos e o cristianismo no mundo globalizado?

Degislando Nóbrega de Lima - O mundo globalizado introduz um paradoxo complexo: por um lado, através das tecnologias da comunicação, ele nos torna evidente a diversidade, a pluralidade, portanto, as diferenças culturais, religiosas, de gênero etc. e, por outro, dado o peso do mercado e das mercadorias nesse processo, ele fomenta e até postula uma homogeneização das identidades através da promessa de felicidade pelo consumo que, por sua vez, demanda um sujeito a-crítico, infinitamente disponível aos fluxos dos mercados e das mercadorias. Trata-se da tendência de ditar comportamentos dirigindo desejos

e aspirações coletivas. Ao primeiro polo desse paradoxo, ou seja, da emergência do outro(a), do diferente, a reflexão sistemática cristã tem respondido com o paradigma da inculturação que implica a superação de todo tipo de etnocentrismo e da perspectiva de conquista e de dominação na relação com o outro cultural, religioso, etc. A Conferência de Santo Domingo plasmou essa perspectiva de uma evangelização inculturada na América Latina. Face à segunda tendência do mundo globalizado, a reflexão cristã vem respondendo com a tematização dos desafios decorrentes do modo de produção do mundo atual: a crise ecológica, a justiça e a ética.

IHU On-Line - Quais são os desafios para uma inculturação do cristianis-

mo em um contexto plural religiosamente e culturalmente?

Degislando Nóbrega de Lima - É importante chamar a atenção para o fato de que o paradigma da inculturação, assim como acontece com outros valores, também pode ser compreendido de maneira perversa. Isso acontece, por exemplo, quando se toma inculturação como uma *tática suave*, menos agressiva de conquista. E, infelizmente, isso acontece com frequência porque muitos cristãos identificam a finalidade da evangelização com a recomposição de um mundo supostamente intacto e unânime em torno da fé e da Igreja, ou seja, com a reconstituição da cristandade. Claro que desse apelo emergirá uma disposição missionária focada no quantitativo, portanto, na maximização da conquista

“O ideal subjacente é alcançar uma correspondência completa entre sociedade e Igreja”

e da expansão dos territórios sagrados. O ideal subjacente é alcançar uma correspondência completa entre sociedade e Igreja. Ora, as condições sociais, políticas e culturais que favoreceram essa “correspondência” na cristandade foram há muito superadas e, por isso, temos, ao contrário, um pluralismo cultural que não oferece ao cristianismo os mesmos braços que a cristandade contava (o Estado, por exemplo) tanto para se expandir como para sustentar a unidade, uma coesão de base. Assim, entendo que um grande desafio, para uma inculturação do cristianismo num contexto plural hoje, é libertar a mensagem cristã dessa fixação regressiva na recomposição de uma unidade perdida. Essa libertação supõe superar, como bem frisava o teólogo uruguaio Juan Luis Segundo,¹ o medo da liberdade alheia, medo pela salvação das maiorias e o medo de que o Evangelho não baste para tocar, atrair as pessoas. Trata-se de levar a sério a necessidade do deslocamento, como imperativo do próprio Evangelho, da missão como conquista para missão como contínuo processo de ir discernindo na história a possibilidade e a exigência da revelação de Deus como revelação do homem ao próprio homem, de modo que a fé cristã não seja nivelada a um suporte técnico entre os tantos já disponíveis no universo da racionalidade instrumental. Daí sua relevância, como tão convictamente declarou o Concílio

Vaticano II² na GS³ 11, na capacidade e, porque não dizer, na arte de iluminar todas as coisas com uma luz nova e, a partir do conhecimento do desígnio de Deus acerca da vocação integral do homem, orientar o espírito para soluções plenamente humanas. Diálogos, portanto, é a palavra correlata, expressão *práxica* da inculturação no mundo plural. Penso que inculturação do cristianismo no mundo plural remete-nos a compreender a evangelização associada à noção de uma educação contínua da esperança, do futuro aberto de Deus que se enriquece e se atualiza na complexidade dos novos desafios da história.

2 Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 8-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida preconizada pelo Concílio Vaticano. O IHU promoveu, de 11 de agosto a 11-11-2005, o Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas. Confira, também, a edição 157 da IHU On-Line, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível para download na página eletrônica do IHU (www.unisinos.br/ihu). (Nota da IHU On-Line)

3 Gaudium et Spes: Igreja no mundo atual. Constituição pastoral, a 4ª das Constituições do Concílio do Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a Igreja e o mundo onde ela está e atua. Trata-se de um documento importante, pois significou e marcou uma virada da Igreja Católica “de dentro” (debruçada sobre si mesma), “para fora” (voltando-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). Inicialmente, ela constituía o famoso “esquema 13”, assim chamado por ser esse o lugar que ocupava na lista dos documentos estabelecida em 1964. Sofreu várias redações e muitas emendas, acabando por ser votada apenas na quarta e última sessão do Concílio. O Papa Paulo VI, no dia 7 de dezembro de 1965, promulgou esta Constituição. Formada por duas partes, constitui um todo unitário. A primeira parte é mais doutrinária, e a segunda é fundamentalmente pastoral. Sobre a *Gaudium et spes*, confira o nº 124 da IHU On-Line, de 22-11-2004, sobre os 40 anos da *Lumen Gentium*, disponível em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158266048.2pdf.pdf>, intitulada *A igreja: 40 anos de Lumen Gentium*. (Nota da IHU On-Line)

¹ Juan Luis Segundo (1925-1996): uruguaio e jesuíta, um dos mais importantes teólogos da libertação. É autor de uma vasta obra. Citamos, entre os seus livros, *Teologia aberta para o leigo adulto* (São Paulo: Loyola, 1977-1978), em cinco volumes (*Essa comunidade chamada igreja, Graça e condição humana, A nossa idéia de Deus, Os sacramentos hoje e Evolução e culpa*). (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - Como o senhor contextualiza o cristianismo no cenário de pluralismo religioso atual?

Degislando Nóbrega de Lima - Essa contextualização é muito difícil de propor devido à complexidade e diversidade das expressões atuais do cristianismo, dos níveis de pertença cristã e das responsabilidades na caminhada das comunidades, grupos, movimentos, magistério da Igreja etc. Como cristão católico, percebo que o cenário do pluralismo religioso tem nos mobilizado a refletir exaustivamente sobre a questão da identidade: quem somos? O que propomos? O que nos distingue? Do quê e de quem podemos/devemos nos aproximar? O que temos de corrigir, inserir ou depurar para continuar sendo quem somos ou deveríamos ser? Penso que essas questões mobilizam de forma subjacente ou explícita o cristianismo atual e que elas recebem respostas diferenciadas, tanto em nível prático como teórico e, às vezes, antagônicas. Essas respostas são, em geral, marcadas por um processo de regionalização articulado, ao mesmo tempo, ao fenômeno da globalização. Daí emerge uma tensão entre a valorização da particularidade dos contextos com o postulado de validade e reconhecimento das expressões de heranças culturais, das demandas de gênero e de minorias e a questão decisiva da possibilidade de manter vínculos reais de unidade e de entendimento entre teologias e práticas cristãs diversas. A questão da identidade cristã no cenário do pluralismo confronta-se, assim, com o desafio da inculturação da fé em cada contexto evitando, no entanto, a absolutização desse contexto para que não seja obstruído o diálogo e a possibilidade de participação ativa, numa rede comunicativa mais ampla. Outro desafio que se impõe é o da relação com as religiões não-cristãs que tem sido respondido no horizonte do “diálogo inter-religioso”. A Conferência de Santo Domingo, ao refletir sobre a pluralidade religiosa da América Latina, afirma ser necessário aprofundar o diálogo com as religiões não cristãs presentes no continente, que foram durante muito tempo ignoradas ou marginalizadas, buscando superar

preconceitos e incompreensões. Esse diálogo tem um amplo espaço de intensificação no campo das ações comuns em favor da paz, da promoção e defesa da dignidade humana, bem como em defesa da criação e do equilíbrio ecológico.

IHU On-Line - Qual a análise que o senhor faz da conjuntura atual da Igreja e do Vaticano?

Degislando Nóbrega de Lima - O Concílio Vaticano II que recuperou a perspectiva eclesiológica de *communio clesiarum* e da Igreja como comunhão, que esclareceu a universalidade da graça de Deus e situou a Igreja como sacramento da salvação, continua em processo de recepção, seja no sentido positivo, seja pela via da resistência e até mesmo da rejeição. O enfoque trinitário que o Vaticano II dá à autocompreensão da Igreja abre perspectivas inovadoras para a constituição da Igreja como comunhão e para a relação com o mundo. Penso que a conjuntura atual da Igreja espelha bem essa tensão, que se apresenta agora sem velamentos, entre a recepção criativa da teologia e, especialmente, do modelo eclesiológico do Vaticano II e o modelo eclesiológico da cristandade que concebe a Igreja como uma sociedade perfeita, autossuficiente. Para muitos(as), esse último modelo seria o mais apropriado para a missão da Igreja num mundo marcado pela crise das certezas, das instituições etc. Penso que essa tensão irá perdurar por muito tempo.

IHU On-Line - Que outros horizontes e desafios o senhor aponta para o cristianismo na pós-modernidade?

Degislando Nóbrega de Lima - Abre-se ao cristianismo a possibilidade de uma acolhida mais constitutiva da *kénosis*⁴ articulada com a escatologia como dinâmica humano-divina possibilitada graças à experiência de Jesus que introduz o cristão em uma dimensão de ausência-presença como o horizon-

4 *Kenosis*: esvaziamento. Palavra encontrada no Novo Testamento como o esvaziamento de Jesus (Fl 2,7), relacionado à sua divindade, mas precisamente ao deixar de lado seus atributos divinos sem perder sua natureza divina. Jesus deixa de depender de seu poder divino para depender do Espírito Santo. (Nota da IHU On-Line)

“Penso que inculturação do cristianismo no mundo plural remete-nos a compreender a evangelização associada à noção de uma educação contínua da esperança, do futuro aberto de Deus que se enriquece e se atualiza na complexidade dos novos desafios da história”

te de vida e compreensão em que adquire força o dinamismo da fé cristã. A consequência disso na teologia é a emergência de uma outra relação com a verdade da mensagem efetivada nas coordenadas de um modelo hermenêutico de teologia que, nos convida a uma distância da ideia presunçosa de adequação entre sujeito e objeto. Uma teologia hermenêutica contribui para o processo de humanização porque não nega a condição exodal de uma história que seguirá por escrever-se na rememoração de todo o acontecido em Galiléia, no compartilhar o pão, na prática das bem-aventuranças e dos conselhos evangélicos e na abertura aos sinais dos tempos, a um futuro incerto em suas formas específicas, porém lançado ao devir de fraternidade universal compreendida como gratuidade, dom, oferenda, reconciliação. Num mundo pluralista, a relevância e legitimidade do cristianismo e de suas teologias se expressarão no serviço profético, como companheiros na aventura da liberdade responsável compreendida na diversidade de identidades e línguas, animadas pelo

Espírito, ressuscitadas pela memória das vítimas, únicos sinais-promessa de um futuro escondido em Deus para sua criação. O que se pede do cristianismo e de sua teologia no mundo de hoje é que fale narrativa e analogicamente de Deus sem seduções de acabamento e de posse, que confie mais no amor que nos foi contado por Jesus Cristo do que no apelo a provas de força que violentam a liberdade.

IHU On-Line - Vive-se uma transformação contínua em termos de trabalho, sustentabilidade, desafios ecológicos, de gênero etc. Como estes impactos influenciam no pensamento antropológico, teológico, ético?

Degislando Nóbrega de Lima - Entendo que essas são as questões que marcam o debate político, econômico e cultural da atualidade e, portanto, devem mobilizar também o pensamento teológico como de fato já vem ocorrendo. Como questões humanas, elas não podem se negligenciadas na reflexão e na práxis cristã. Elas influenciam essa reflexão na medida em que envolvem o destino do planeta, a eficácia da democracia, o papel da ciência e do conhecimento, as relações de poder, o trabalho e o modo de produção e de consumo, o conceito de felicidade e bem estar etc. Há uma constatação bem fundamentada de que a situação não anda muito bem, sobretudo para mais pobres do mundo. A teologia, para ter relevância pública, deve articular as reservas de sentido da fé cristã com essa realidade, não numa perspectiva de oferecer uma ciência do real, mas sim de contribuir de forma crítica com o discernimento dos sinais dos tempos, com o processo de depuração da consciência dos cristãos e da vida religiosa, em geral, dos interesses dos sistemas e mecanismos que produzem injustiça e põem em risco a vida no planeta.

IHU On-Line - Muitas vezes, o fazer teológico e a espiritualidade são apresentados como caminhos separados. Por quê?

Degislando Nóbrega de Lima - Parece-me que aí há o pressuposto equivocado de que o estudo da teologia conduziria a uma perda da fé. Por outro lado, a teo-

logia, na busca de razoabilidade da fé, pode escorregar pelas vias de um racionalismo crasso, o que justificaria o pressuposto mencionado. Mas essa não tem sido a tônica.

IHU On-Line - Teólogos como Ranher lembram a importância da mística para o futuro do cristianismo na sociedade. Existe um desprezo pela mística cristã e uma valorização de outros caminhos místicos? Por quê?

Degislando Nóbrega de Lima - Um fator que certamente contribui para esse “desprezo” vem da performance do cristianismo em determinados momentos da história. Por causa da Inquisição, da relação com os conquistadores etc., muitos veem o cristianismo e, especificamente, a Igreja como uma instituição pesada, castradora da liberdade e do dinamismo emancipatório do sujeito moderno, calcado na estima e afirmação autonomia. Certamente que muitos de nós contribuimos para o fortalecimento dessa impressão ou imagem, reduzindo a mensagem cristã a um elenco de regras e leis. Outro fator que contribui para tal “desprezo” vem da tendência muito forte atualmente de uma abertura e valorização da espiritualidade desvinculada da tradição, das instituições. Na conjugação desses fatores, parece muito mais simples e oportuno a muitas pessoas, sobretudo dos segmentos médios da população, buscar outros caminhos. Há ainda um grande desconhecimento dos místicos cristãos e também poucos espaços de acolhida e acompanhamento mais pessoal a quem busca na Igreja essa aproximação.

IHU On-Line - A crise da modernidade é uma crise do cristianismo?

Degislando Nóbrega de Lima - Não necessariamente. Há até quem defenda que, pelo fato da modernidade secularizada ter reservado à religião uma esfera privada, fora, portanto, do espaço público, sua crise representaria uma inédita oportunidade para a religião, como uma espécie de revanche. Certamente, com a modernidade entra em crise o tipo de representação do cristianismo mais identificada com o expansionismo de uma racionalidade ocidental e as crenças modernas relativas à ciência e à técnica.

Entrevistas da Semana

Não cedas do teu desejo: é preciso sustentarmos o que falamos com voz própria

Temática lacaniana sobre o significado da fala, sua função e possibilidade hoje é tema do *Colóquio Internacional A ética da Psicanálise*. O filósofo e psicanalista Mario Fleig examina as proposições do evento e pontua: “A ética da psicanálise corresponde a uma ética do desejo”

POR MÁRCIA JUNGES

“C ompreendemos que a fórmula proposta por Lacan, ‘não cedas do teu desejo’, significa não abrir mão daquilo que se enuncia na fala que endereçamos ao outro, ou seja, sustentarmos o que falamos com voz própria”, afirma o filósofo e psicanalista Mario Fleig explicando o tema do *Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas do teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir?]*. A entrevista, exclusiva, foi concedida por e-mail à IHU On-Line. De acordo com Fleig, alguns dos questionamentos que estarão em pauta em 14 e 15 de agosto de 2009, quando acontece o evento, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, sede do Ministério Público, em Porto Alegre, são: O que significa falar? Qual é a função da fala? Para que serve falar? Será que hoje ainda conseguimos efetivamente falar?

Ele acentua, também, que a “a ética da psicanálise corresponde a uma ética do desejo”. Mas alerta: “A ética do desejo não coincide com um imperativo de tudo gozar, mas sim com o confronto do sujeito com o julgamento de seu compromisso com seu dizer e seu agir”. O Colóquio é uma promoção da Association Lacanienne Internationale – ALI, Escola de Estudos Psicanalíticos – EEP, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, do Laboratório de Filosofia e Psicanálise, do PPG Filosofia – Unisinos, do GT Filosofia e Psicanálise, Região Sul, da ANPOF e do Laboratório de Psicopatologia Fundamental – Faculdade de Direito – Fundação Escola Superior do Ministério Público – ESMP.

Mario Fleig é professor do curso de pós-graduação em Filosofia da Unisinos e membro da Associação Lacaniana Internacional. Graduado em Psicologia pela Unisinos e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, é mestre em Filosofia, pela UFRGS, doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e pós-doutor em Ética e Psicanálise, pela Université de Paris XIII (Paris-Nord), França. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que consiste o Colóquio “A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer ‘não cedas de teu desejo’? [ne cède pas sur ton désir]?””

Mario Fleig - O colóquio internacional sobre “A ética da psicanálise” tem como objetivo principal discutir a pertinência e a fundamentação de uma ética a partir da descoberta freudiana das determinações inconscientes de nossos pensamentos, palavras e atos. Freud¹ forneceu, a partir de seu trabalho clínico, as indicações decisivas para uma ética que levasse em conta a verdade emergente na particularidade de cada sujeito e as determinações inconscientes do dever-ser. Tal modo de colocar a dimensão ética do ser humano situava-se para além dos pressupostos metafísicos e religiosos tradicionais. Lacan² retomou as pistas deixadas por Freud e se propôs a elaborá-las, dedicando para isso um ano de trabalho em seu seminário,

que teve como título precisamente “a ética da psicanálise”. O elemento principal que Freud introduz no campo ético, que não comparecia na ética das virtudes de Aristóteles³ e nem na ética do sujeito autônomo de Kant,⁴ é a questão do desejo. Sabemos que Spinoza⁵ já havia reservado ao desejo um lugar central em sua ética. Deste modo, a ética da psicanálise corresponde a uma ética do desejo.

Neste Colóquio Internacional, queremos questionar o que significa, fundamenta a ética a partir do desejo, e para isso precisamos voltar aos enunciados de Freud e de Lacan e às discussões que ambos teceram com a tradição ocidental em três frentes:

3 **Aristóteles de Estagira** (384 a.C. - 322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado, originais, e, por outro, reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

4 **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, disponível em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1161093369.8pdf.pdf>, dedico sua matéria de capa à vida e à obra do pensador. Também sobre Kant, foi publicado este ano a edição número 2 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*. Os **Cadernos IHU em formação** estão disponíveis para download na página <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158328261.83pdf.pdf>. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si (*noumenon*) não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. (Nota da IHU On-Line)

5 **Baruch de Espinosa** (1632-1677): filósofo holandês, pertencente a uma família judia originária de Portugal. Publicou o *Tractus Theologico-Politicus*, e a *Ética* e deixa várias obras inéditas, que são publicadas em 1677 com o título de *Opera Posthuma*. (Nota da IHU On-Line)

as discussões com os filósofos, com as tradições religiosas e com as tragédias antigas e modernas.

Confusão entre gozo e desejo

Um ponto inicial precisa ser ressaltado: a ética da psicanálise proposta por Freud e Lacan reconhece que a distância entre o gozo e o desejo somente se sustenta pela referência à Lei. Deste modo, o apagamento da Lei e do lugar de onde ela é operada resultaria em uma confusão entre o gozo e o desejo que seria determinante da ilusão de que não haveria limite para a vontade de tudo usufruir. A recusa de tal perspectiva transparece no posicionamento radical de Freud de não ceder nas palavras, pois se assim o fizermos estaremos em seguida cedendo nas coisas. Em outras palavras, a ética do desejo não coincide com um imperativo de tudo gozar, mas sim com o confronto do sujeito com o julgamento de seu compromisso com seu dizer e seu agir.

Freud relata uma experiência decisiva quanto à questão do juízo moral: certa feita estava a andar por uma rua em companhia de seu amado pai e eis que são abordados por indivíduos que os afrontam e ordenam que deixem o passeio livre. Não bastando isso, toam o chapéu de seu pai e o jogam na lama, insultando-o. Frente a esta cena atroz, o menino fica na expectativa do que fará seu pai. Este abandona o passeio, apanha seu chapéu enxovalhado e de cabeça baixa, sem nada dizer, segue seu caminho. O jovem Freud fica perplexo: não sabe se seu pai é um covarde ou um grande homem. Só lhe resta a alternativa de suspender seu juízo moral sobre o ato de seu amado pai. Este é um traço fundamental da ética do psicanalista: suspender o juízo sobre o ato de seu analisante, e assim pode tomar uma posição de imparcialidade que viabilize ouvir sem restrição o que este tem a dizer. O resultado de tal posição, assim mostra o trabalho clínico cotidiano, viabiliza que o sujeito possa efetivamente tirar as consequências do que significa se entregar ao ato de falar para um outro que suporta ouvi-lo. O que emerge de tal exercício é a

1 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da IHU On-Line, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158345628.45pdf.pdf>.

A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1165256946.3pdf.pdf>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível para download em <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1184009791.53pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

2 **Jacques Lacan** (1901-1981): psicanalista francês. Lacan fez uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas este é apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da Revista IHU On-Line, de 04-08-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1217878435.7423pdf.pdf>. (Nota da IHU On-Line)

dimensão da verdade que até então se mantinha emudecida.

Economia do desejo

É interessante observar que, após ter trabalhado arduamente durante um ano inteiro (1959-1960) em torno da conceituação do que seja uma ética da psicanálise, Lacan se declarou descontente com o resultado obtido, relançando o problema para os próprios psicanalistas. Contudo, se a descoberta de Freud é a do inconsciente, da verdade sexual que o habita e do valor da fala que anima o sintoma quanto a essa verdade, o trabalho de Lacan foi, entre outros, em referir esse inconsciente às estruturas próprias da linguagem, de promover essa descoberta à dignidade de uma ética quanto à economia do desejo. Em seu seminário de 5 de maio de 1965 — *Problemas cruciais para a psicanálise* —, ele diz que “Ser psicanalista é uma posição responsável, a mais responsável de todas, pois que ele é aquele a quem está confiada a operação de uma conversão ética radical, aquela que introduz o sujeito na ordem do desejo”.

Compreendemos então que a fórmula proposta por Lacan, “não cedas teu desejo”, significa não abrir mão daquilo que se enuncia na fala que endereçamos ao outro, ou seja, sustentarmos o que falamos com voz própria. A importância da função da fala articulada no campo da linguagem não é uma descoberta psicanalítica. Bem pelo contrário, encontramos, por exemplo, na tradição judaico-cristã, a convocação do fiel pelo chamado que lhe é dirigido pela divindade e frente ao qual há uma vacilação e tentação de recuo. Jonas, por exemplo, nada queria saber deste chamado ou vocação e somente após uma fracassada tentativa de fuga pôde se retomar e responder à altura. Também poderíamos lembrar a tergiversação de Moisés, que alegou toda sorte de incapacidades para se furtar ao chamado, mas sem sucesso. Aristóteles, para nos referirmos a uma das grandes matrizes éticas do Ocidente, não cessa de fazer indicações sobre a relação intrínseca entre o *logos* e a ética. Isso para nos

“O declínio do pai não pode ser confundido com a dissolução do lugar do pai ou da autoridade, que repõe a dissimetria entre os iguais e aquele que sustenta a autoridade”

introduzir na perspectiva da ética da psicanálise: a ética encontra na fala e na sua função seus elementos definidores. Mais do que isso, a psicanálise como tal nada mais é do que uma experiência de fala. Lembremos que Aristóteles, ao se perguntar o que poderia definir o ser humano, respondeu que era um ser vivo capaz de *logos*, e que era isso que tornava apto para habitar a *polis*, ou seja, viver junto com outros. Será então que nos damos conta do que significa falar?

Assim poderíamos caracterizar o tema deste Colóquio sobre a ética da psicanálise: o que significa falar? Qual é a função da fala? Para que serve falar? Será que hoje ainda conseguimos efetivamente falar?

IHU On-Line - Qual será a metodologia do Colóquio?

Mario Fleig - A proposta é de realizar um “colóquio”, no sentido desencadear uma discussão em torno de uma questão controversa que surgiu em conversas anteriores entre os proponentes do mesmo. Assim, o colóquio é desencadeado por seus proponentes, que convidam interlocutores para ampliar o debate em um espaço público. O termo “colóquio”, em sua etimologia, aponta para a fala com outro. No caso, a fala com o outro sobre um assunto considerado relevante: seria possível convocar os seres humanos para a responsabilidade de um novo convívio entre os *homens*, no qual cada sujeito possa estar engajado. Dentro destes pressupostos, o Colóquio se desenvolverá em torno de oito

mesas de discussão, em dois dias de trabalho, animados por exposições seguidas de debates.

IHU On-Line - Por que o evento irá acontecer em Porto Alegre?

Mario Fleig - A grande Porto Alegre foi escolhida em função da receptividade do tema proposto, que faz eco tanto ao Simpósio Internacional O Futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos?, promovido pelo IHU, quanto ao seminário proferido por Charles Melman, “Como alguém se torna paranoico? — De Schreber a nossos dias”, ambos em 2007. Encontramos interesse por parte do Ministério Público, que então abriu suas portas para acolher o Colóquio em suas dependências, precipitando assim a escolha de Porto Alegre como sede do evento.

IHU On-Line - Por que foi estabelecida uma parceria com o IHU?

Mario Fleig - O IHU, desde sua fundação, tem sustentado uma perspectiva sensível aos temas cruciais de nosso tempo. A temática da ética sustentada por Lacan não se coaduna com a posição de redução do convívio humano a pura horizontalidade. Pelo contrário, Lacan faz referência a uma degenerescência catastrófica resultante da evaporação do lugar de exceção, antes ocupado pela figura do rei ou pelo pai do sistema patriarcal. O declínio do pai não pode ser confundido com a dissolução do lugar do pai ou da autoridade, que repõe a dissimetria entre os iguais e aquele que sustenta a autoridade. Em outras palavras, a perspectiva da ética da psicanálise não deixa de reconhecer a importância do lugar de exceção que sustenta o exercício da autoridade, lugar este que poderia ser denominado de transcendente ou vertical. Acreditamos que a afirmação da instância da Lei que emana do lugar de exceção constitui o ponto de concordância que permite a parceria entre as instituições que propõem o Colóquio sobre a ética da psicanálise.

IHU On-Line - Quem é Charles Melman? Qual é sua trajetória intelectual?

⁶ Charles Melman: psicanalista francês, aluno de Lacan. É membro fundador da Association Freudienne Internationale e diretor de ensino

tual e sua relação com Lacan?

Mario Fleig - Charles Melman, psiquiatra e psicanalista, é o mais importante aluno de Lacan, destacando-se por ter assumido então a direção do ensino da psicanálise na École freudienne de Paris. Após a dissolução desta, ele propõe a fundação da Associação freudiana, que atualmente se chama Associação Lacaniana, e se destaca pela transmissão da psicanálise em confronto com os desafios e impasses de nosso tempo. Assim, Melman tem incentivado a inovação no campo do trabalho clínico e no diálogo do psicanalista com os assuntos urgentes da vida cotidiana e da vida política nos cenários locais e no cenário internacional. Por exemplo, frentes aos impasses de convívio entre as três grandes tradições monoteístas que caracterizam o Ocidente, o cristianismo, o judaísmo e o islamismo, ele tem sustentado espaços de diálogo que visam retomar a história comum destas tradições e abrir formas de reconhecimento diferentes das que tomam conta da cena internacional em direção a conflitos mortíferos.

Assim, Melman, além de ser um reconhecido psicanalista que não abre mão de seu trabalho clínico cotidiano, tem uma contribuição conceitual que abarca tanto a análise dos efeitos subjetivos das mutações do discurso social quanto propõe uma elucidação dos fatos sociais à luz do que seus analisantes lhe ensinam. Suas contribuições relevantes vão desde seus estudos sobre a clínica das psicoses, da histeria, da neurose obsessiva, das perversões, até sua caracterização do que denominou de neo-sujeito que especifica uma nova economia psíquica, tendo como correlato novas formas clínicas. Denominou este neo-sujeito de “o homem sem gravidade”, cuja economia psíquica corresponde ao modelo da economia neoliberal contemporânea.

IHU On-Line - Quais são as principais contribuições de Melman à psicanálise?

na antiga École Freudienne de Paris. Escreveu dezenas de livros. De 17 a 19-05-2007, Melman esteve na Unisinos proferindo o ciclo de conferências *Como alguém se torna paranóico? De Schereber a nossos dias*, numa promoção do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Foi o conferencista de abertura do *Simpósio Internacional O Futuro da Autonomia. Uma sociedade de indivíduos*, em 21-05-2007. (Nota da IHU On-Line)

“O desejo não se confunde com o imperativo categórico de Kant, apesar de que ambos pedem o impossível”

Mario Fleig - Além das publicações de seus seminários e intervenções, Melman tem promovido um intenso trabalho coletivo que resulta em revistas (por exemplo, *La Celibataire*, *Revue Lacanienne*), promoção de congressos, colóquio e jornadas, e, em especial, a publicação da transcrição de todos os seminários de Lacan.

O conjunto da obra de Melman reflete a promoção de uma leitura atenta do legado de Lacan e Freud, confrontando constantemente os conceitos com a prática clínica e assim extraindo deste legado os suportes necessários para pensar os desafios de nossos tempos. O que transparece nos textos de Melman, assim como em suas falas, é a recusa da repetição de fórmulas prontas e solidificadas. Ele não cessa de convocar seus interlocutores para as questões que não dominamos e não temos respostas.

IHU On-Line - Que sentido tem a frase “não cedas de teu desejo”? (ne cède pas sur ton désir)? Como podemos compreendê-la corretamente?

Mario Fleig - Freud conclui sua obra capital, *A interpretação dos sonhos*, afirmando que o desejo é indestrutível. Contudo, o fato de que o desejo não possa ser destruído não implica que não se possa abandoná-lo, não levá-lo a sério, contemporizar, desistir dele. A convocação de Lacan para que o sujeito não ceda de seu desejo tem, então, o sentido de que a lassidão moral, o pecado na expressão da teologia moral, seria o sujeito abrir mão daquilo que fala em sua fala. Em outras palavras, ceder de seu desejo é desistir do desejo que habita o sujeito. Dizer “seu desejo” não se confunde com “sua vontade”.

“Seu desejo” remete ao desejo que vem do Outro endereçado ao sujeito e com o qual cada um tem que se haver. O desejo fala em minha fala para além de minhas aspirações e de minha vontade. A vontade está sob meu comando, o desejo me pede muito mais do que minha vontade quer. O desejo me pede sempre o impossível e por isso nada o esgota. Contudo, o desejo não se confunde com o imperativo categórico de Kant, apesar de que ambos pedem o impossível. Também o imperativo sadeano pede o impossível, e nem por isso se confunde com o desejo, visto que pede o gozo sem limite no qual o sujeito se oferece aos deuses obscuros. Contudo, o leitor certamente ainda ficou sem entender bem o que significa “não cedas do teu desejo”. Isso então poderá se constituir em um desafio, que é o mesmo que tomou a nós que estamos propondo este Colóquio.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Mario Fleig.

Entrevistas:

* *As modificações da estrutura familiar clássica não significam o fim da família.* IHU On-Line número 150, de 08-08-2005, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158349466.22word.doc>

* *Freud e a descoberta do mal-estar do sujeito na civilização.* IHU On-Line número 179, de 08-05-2006, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158353711.51word.doc>

* *O declínio da responsabilidade.* IHU On-Line número 185, de 19-06-2006, disponível no link <http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1158351893.95word.doc>

* *O delírio de autonomia e a dissolução dos fundamentos da moral.* IHU On-Line número 220, de 21-05-2007, disponível no link http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=407

* *“Querer fazer o mal parece algo inerente à condição humana”.* IHU On-Line número 265, de 21-07-2008, disponível no link http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1174

SAIBA MAIS...

>> Confira a programação completa do Colóquio Internacional *A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir]*? no link http://www.unisinos.br/_ihu/index.php?option=com_eventos&Itemid=19&task=detalhe&id=132, no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

A igreja deveria cogitar o retorno da ordenação das mulheres

Gary Macy, teólogo norte-americano, analisa a ordenação feminina, que acontecia até o século XII. A combinação da introdução do celibato com uma interpretação específica do direito romano e canônico e uma leitura da Bíblia que entendia as mulheres como inferiores levaram a uma nova compreensão que tornou impossível considerá-las competentes para ocupar qualquer cargo

POR MÁRCIA JUNGES

Até o século XII, as mulheres eram ordenadas em ritos específicos, sustenta o teólogo norte-americano Gary Macy, na entrevista exclusiva que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. De acordo com ele, “na protoigreja, as mulheres eram viúvas, virgens e diáconas. Na Igreja medieval, havia não apenas diáconas, mas também *presbyterae* (mulheres sacerdotes), *episcopae* (bispas) e abadessas. Os termos *presbyterae* e *episcopae* são, às vezes, usados para designar as esposas de sacerdotes e bispos, mas não sempre”. A situação começou a mudar a partir do século XI, quando houve o movimento de reforma gregoriana. “Parte desse programa consistia na implantação do celibato, e alguns dos reformadores denegriam as mulheres para tornar o casamento menos atraente. Além disso, os canonistas optaram por seguir o direito romano mais antigo que negava às mulheres o direito de depor. Os teólogos também sustentaram que as mulheres não eram feitas à imagem de Deus”, explica Macy. A combinação do celibato com uma “interpretação específica do direito romano e canônico e uma leitura da Bíblia que entendia as mulheres como inferiores, levou a uma nova compreensão das mulheres que tornou impossível que elas fossem consideradas competentes para ocupar qualquer cargo”. O teólogo teme que a compreensão de que as mulheres são inferiores continue a existir não apenas na igreja, ainda que não oficialmente, mas na sociedade geral como um todo. “Parte de nossa cultura de violência contra as mulheres certamente deve vir dos séculos em que a inferioridade das mulheres era ensinada pela igreja e implementada no direito canônico”, alfinetou. Contudo, ele se mostra otimista sobre o papel da mulher da igreja. “Talvez a Igreja (e todos e todas nós somos a Igreja) devesse cogitar alguma forma de retorno à compreensão anterior de ordenação”.

Gary Macy, professor de teologia na universidade Santa Clara, confiada à Companhia de Jesus, nos Estados Unidos, é autor de *The Hidden History of Women's Ordination* (Oxford: Oxford University Press, 2007) e detentor da cátedra John Nobili SJ, de Teologia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais são as evidências que demonstram que a ordenação de mulheres até o século XII era um fato?

Gary Macy - As evidências mais óbvias vêm dos ritos de ordenação. Ritos de ordenação para diáconas estão contidos no pontifical do bispo Egbert, de York, do século VIII, no sacramentário gregoriano do século IX e no pontifical

romano do século XII. Os papas Bento VIII em 1018, João XIX em 1025 e 1026, Bento IX em 1037, Leão IX em 1049 e Calisto II em 1123 fazem referência, todos eles, a mulheres ordenadas. Gilbert, bispo de Limerick (cerca de 1070-1145), Thietmar, bispo de Merseburg (m. em 1018), e Atto, bispo de Vercelli (924-961), também fazem referência a mulheres ordenadas.

É importante dar-se conta, entretanto, de que a compreensão de ordenação até o final do século XII e início do século XIII era bem diferente do que seria em séculos posteriores. No

primeiro milênio do cristianismo, as palavras *ordo*, *ordinatio* e *ordinare* tinham um sentido muitíssimo diferente do que passariam a ter em séculos posteriores. Os primeiros cristãos se apropriaram da linguagem da “ordenação” usada em suas comunidades tomando-a de seu uso cotidiano. Este uso “cotidiano” dos termos *ordo* e *ordinare* teve continuidade ao longo da Idade Média, como mostrará uma consulta mesmo superficial a qualquer dicionário de latim medieval. *Ordo* podia designar simplesmente o estado de vida de uma pessoa, e *ordinare* ainda era

¹ Confira a notícia *Mulheres foram ordenadas até o século XII, diz teólogo historiador*, disponível no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, através do link http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=22589. (Nota da IHU On-Line)

um termo usado em sua acepção original de proporcionar ordem num sentido político ou metafórico. De fato, *ordinare* em seu sentido básico indica simplesmente algum método de organização. Colocar seus livros em ordem alfabética é, em latim, ordená-los, e o ato de fazer isto é uma ordenação. Por isso, *ordines* (que é o plural de *ordo*) pode designar as tarefas que são feitas num certo grupo ou sociedade. É claro que dentro da comunidade cristã havia diferentes tarefas a serem feitas, e essas tarefas eram chamadas, com naturalidade, de *ordines*, e o processo pelo qual uma pessoa era escolhida para cumprir tal tarefa era chamado de *ordinatio*.

Citando o cardeal Yves Congar²: “A ordenação compreendia, ao mesmo tempo, a eleição como seu ponto de partida e a consagração como seu término. Mas, em vez de significar, como aconteceu a partir do início do século XII, a cerimônia em que um indivíduo recebia um poder que a partir daí jamais poderia ser perdido, os termos *ordinare*, *ordinari*, *ordinatio* significavam o fato de ser designado e consagrado para assumir um certo lugar, ou melhor, uma certa função, um *ordo*, na comunidade e a serviço dela”. A ordenação não dava a uma pessoa, por exemplo, o poder irrevogável e portátil de consagrar o pão e o vinho, ou de dirigir a liturgia; antes, uma comunidade específica encarregava uma pessoa de desempenhar um papel de liderança dentro daquela comunidade (e só dentro dela), e ela dirigia a liturgia por causa do papel de liderança que desempenhava dentro da comunidade.

Os termos *ordinatio* e *ordinare*, nessa acepção, eram usados para descrever não só a cerimônia e/ou instalar Yves Marie-Joseph Congar (1904:1995): teólogo dominicano francês, conhecido por sua participação no Concílio Vaticano II. Foi duramente perseguido pelo Vaticano, antes do Concílio, por seu trabalho teológico. A isso se refere o seu confrade Tillard quando fala dos “exílios”. Sobre Congar, a IHU On-Line publicou um artigo escrito por Rosino Gibellini, originalmente no site da Editora Queriniana, na editoria Memória da edição 150, de 08-08-2005, lembrando os dez anos de sua morte, completados em 22-06-1995. Também dedicamos a editoria Memória da 102ª edição da IHU On-Line, de 24-05-2004, à comemoração do centenário de nascimento de Congar. (Nota da IHU On-Line)

lação de bispos, sacerdotes, diáconos e subdiáconos, mas também de porteiros, leitores, exorcistas, acólitos, cônegos, abades, abadessas, reis, rainhas e imperatrizes. Esses termos também podiam ser aplicados à consagração ou ao estabelecimento de uma ordem religiosa ou de um monastério ou até a admissão à vida religiosa. Assim, o termo para designar a escolha de um abade ou uma abadessa na Regra de São Bento é “ordenação”, e ritos de ordenação para abadessas aparecem em vários livros litúrgicos. Incluí todos os textos dos ritos de ordenação para diáconas e abadessas em meu livro.

“No cerne do conceito de mulher da Igreja medieval tardia, se encontrava a firme crença de que as mulheres eram, por natureza, inferiores aos homens, e esta compreensão estava parcialmente baseada na filosofia de Aristóteles”

IHU On-Line - Quais eram os cargos eclesiásticos ocupados pelas mulheres até esse período?

Gary Macy - Na protoigreja, as mulheres eram viúvas, virgens e diáconas. Na Igreja medieval, havia não apenas diáconas, mas também *presbyterae* (mulheres sacerdotes), *episcopae* (bispos) e abadessas. Os termos *presbyterae* e *episcopae* são, às vezes, usados para designar as esposas de sacerdotes e bispos, mas não sempre. Não existem ritos para esses *ordines*, mas há uma descrição da ordenação de Brí-

gida da Irlanda na descrição da vida dessa santa que data do século IX. É difícil saber com exatidão o que essas mulheres faziam. Há registros de algumas mulheres que serviam no altar, bem como de liturgias que são missas eucarísticas a serem realizadas por mulheres e datam dos séculos XI e XII. Nessa compreensão mais antiga de ordenação, nem todas as funções sacramentais estavam reservadas ao sacerdócio. As abadessas, por exemplo, ouviam confissões e pregavam. Assim, é possível que mulheres servissem no altar como abadessas, por exemplo. Elas também podem ter servido junto com seus maridos no ministério sacerdotal. As evidências disso são escassas, mas existem.

IHU On-Line - Quais são os fundamentos políticos para que a Igreja mudasse de atitude quanto à ordenação feminina?

Gary Macy - É difícil saber com certeza, mas a mudança ocorreu como parte do movimento de reforma do século XI, geralmente conhecido como reforma gregoriana. Parte desse programa consistia na implantação do celibato, e alguns dos reformadores denegriam as mulheres para tornar o casamento menos atraente. Além disso, os canonistas optaram por seguir o direito romano mais antigo que negava às mulheres o direito de depor. Os teólogos também sustentaram que as mulheres não eram feitas à imagem de Deus. Tomás de Aquino,³ por exemplo, concordava que, em algum sentido, a imagem de Deus se encontra tanto no homem quanto na mulher, mas “num sentido secundário se encontra no homem a imagem de Deus que não se encontra na mulher, pois o homem é

³ Tomás de Aquino (1227-1274): frade dominicano e teólogo italiano, considerado santo pela Igreja. Um de seus maiores méritos foi introduzir o aristotelismo na escolástica anterior. A partir de São Tomás, a Igreja tem uma teologia (fundada na revelação) e uma filosofia (baseada no exercício da razão humana) que se fundem numa síntese definitiva: fé e razão. Nascido numa família nobre, estudou filosofia em Nápoles e depois foi para Paris, onde se dedicou ao ensino e ao estudo de questões filosóficas e teológicas. Seus interesses não se restringiam à religião e filosofia, mas também à alquímia, tendo publicado uma importante obra alquímica chamada *Aurora Consurgens*. Sua obra mais famosa e importante é a *Suma Teológica*. (Nota da IHU On-Line)

a fonte e o fim da mulher, assim como Deus é a fonte e o fim de todas as criaturas”. Pedro de Tarantase, discípulo de São Tomás e futuro papa Inocêncio V, repetiu o ensinamento de seu mestre: “O homem está situado mais perto de Deus, pois o homem é a imagem e glória de Deus; a mulher, por outro lado, é a imagem e glória do homem. Portanto, as mulheres deveriam ser reconduzidas a Deus através dos homens, e não o contrário”.

Eu gostaria de observar que essa compreensão não era apenas teórica. Com base na compreensão de que as mulheres eram inferiores aos homens, os homens também tinham a responsabilidade de disciplinar as mulheres. A importante coletânea de leis do século XII, geralmente conhecida como *Decretum* formaria, uma grande parte do direito canônico até um novo código de direito canônico ser publicado em 1917. Ela contém uma lei estranha do Concílio de Toledo, realizado no ano 400: “Se suas esposas pecarem, é, além disso, permitido aos clérigos mantê-las presas sem a severidade da morte e obrigá-las e jejuar, mas não enfraquecê-las até morrerem”. Entendia-se que essa lei se estendia a todos os maridos. O canonista Johannes Teutonicus escreveu um famoso comentário que se tornou o texto padrão para o estudo do direito canônico durante séculos. Seu comentário sobre o direito dos clérigos de punirem suas esposas simplesmente repetia essa opinião geral. “Afirma-se aqui que, se as esposas dos clérigos pecarem, eles não deveriam matá-las, e sim vigiá-las para que elas não tenham a oportunidade de pecar em alguma outra coisa, enfraquecendo-as por meio de surras e fome, mas não até a morte”. De acordo com Johannes Teutonicus, esta opinião se aplicava a todos os maridos e esposas.

Assim, parece que uma combinação da introdução do celibato, de uma interpretação específica do direito romano e canônico e uma leitura da Bíblia que entendia as mulheres como inferiores, levou a uma nova compreensão das mulheres que tornou impossível que elas fossem consideradas competentes para ocupar qualquer cargo. Tomás de Aquino é bem expli-

cito quanto a isto: “A razão pela qual [as mulheres] estão sujeitas e não no comando é que elas são deficientes em termos de razão, a qual é extremamente necessária para presidir. E por esta razão [Aristóteles] disse em sua obra *Política* (livro 4, cap. 11) que ‘existe corrupção do governo quando este cabe às mulheres’”. É claro que a introdução de Aristóteles também teve certa importância, como demonstrarei mais adiante. Entretanto, nada disso era inevitável. O celibato poderia, e efetivamente tem, uma abordagem sadia das mulheres. O direito romano posterior deu muitos direitos às mulheres. A Escritura não descreve as mulheres como inferiores. Por razões

**“De acordo com
Aristóteles, os homens
são racionais, e as
mulheres são
emocionais. Os homens
são frios, e as mulheres
são quentes. Os homens
são ativos, e as
mulheres são passivas”**

que ainda não entendo plenamente, os pensadores eclesiásticos daqueles séculos optaram por crer o pior a respeito das mulheres.

IHU On-Line - De que forma a filosofia de Aristóteles, que passou a vigorar na Igreja do século XII em diante, influenciou na misoginia que mantém a mulher longe do sacerdócio?

Gary Macy - No cerne do conceito de mulher da Igreja medieval tardia, se encontrava a firme crença de que as mulheres eram, por natureza, inferiores aos homens, e esta compreensão estava parcialmente baseada na filosofia de Aristóteles. De acordo com Aristóteles, os homens são racionais, e as mulheres são emocionais. Os homens

são frios, e as mulheres são quentes. Os homens são ativos, e as mulheres são passivas. As anotações de Tomás de Aquino para suas aulas sobre as cartas de São Paulo revelam seu uso de Aristóteles na compreensão das mulheres. De acordo com as anotações, “três coisas são apropriadas para as mulheres, a saber, silêncio, disciplina e subjugação, pois estas três coisas procedem de uma única razão, a saber, o defeito da razão nelas [...] já que é natural que o corpo seja dominado pela alma e a razão [domine] os poderes inferiores. E, por esta razão, como ensina [Aristóteles], sempre que quaisquer dois sejam mutuamente constituídos como alma para o corpo [...] a outra parte está sujeita à principal”. Logo, as mulheres estão para os homens assim como o corpo está para a alma. As mulheres precisam ser dirigidas pelos homens, assim como o corpo precisa ser controlado pela razão. Tomás de Aquino foi igualmente franco em relação à natureza das mulheres: “No tocante à sua natureza específica, a mulher é algo defeituoso e acidental”. Isto, naturalmente, é uma referência à crença de Aristóteles de que as mulheres são “homens bastardos ou deformados”, ou seja, a mulher resulta de uma recepção imperfeita do sêmen masculino no útero. Todas as mulheres são um erro que ocorre quando algo na natureza não dá certo durante a concepção.

Nessa compreensão, as mulheres eram, por natureza, inferiores aos homens simplesmente por serem mulheres. Nada que elas fizessem poderia corrigir esse defeito. As mentes das mulheres não eram capazes de controlar suas emoções e paixões, como o eram as dos homens. Não havia possibilidade de que as mulheres, como classe, estivessem intelectualmente à altura dos homens, como classe. Elas não tinham a força intelectual ou moral necessária. Por isso, as mulheres eram, como classe, incapazes de exercer papéis de liderança. Eu gostaria de salientar, entretanto, que o uso do conceito de Aristóteles a respeito das mulheres por parte dos pensadores medievais foi um ato consciente de seleção, assim como o foi a apropriação do

direito romano. A filosofia de Aristóteles era suspeita e, inicialmente, foi proibida na Universidade de Paris. Até mesmo os teólogos que promoveram o uso de Aristóteles negavam certos ensinamentos dele, em particular sua crença de que o mundo era eterno. Os teólogos também poderiam ter rejeitado seu ensinamento sobre a inferioridade natural das mulheres. O fato de não terem feito isso foi uma opção.

IHU On-Line - Como compreender a concepção aristotélica de que a mulher é metafisicamente inferior ao homem? Essa ideia continua encontrando respaldo hoje na Igreja?

Gary Macy - Creio que respondi adequadamente a primeira parte desta pergunta na resposta acima. Quanto à segunda pergunta, temo que a compreensão de que as mulheres são inferiores continue a existir não só na Igreja, embora não oficialmente, mas também na sociedade ocidental de modo geral. Parte de nossa cultura de violência contra as mulheres certamente deve vir dos séculos em que a inferioridade das mulheres era ensinada pela Igreja e implementada no direito canônico.

IHU On-Line - Você é otimista em relação ao papel das mulheres na Igreja do século XXI? Por quê?

Gary Macy - Sou muito otimista em relação à Igreja em geral e ao papel das mulheres em particular. O Espírito está atuante na Igreja hoje, particularmente entre os leigos e, em especial, entre as mulheres leigas. Nos Estados Unidos, ao menos, o número de mulheres engajadas no ministério é impressionante. De acordo com o Instituto Nacional para a Renovação do Sacerdócio, as mulheres representam 25% de todos os secretários [*chancellor*, no original, pessoa responsável pela documentação] diocesanos, 80% de todos os ministros eclesiais leigos em nível de paróquia, 40% de todas as pessoas responsáveis pelo planejamento litúrgico nas paróquias, 65% de todos os ministros responsáveis pela música nas paróquias, 88% de todos os educadores religiosos em nível de paróquia, 54% de todos os diretores do Rito de Iniciação

Cristã de Adultos nas paróquias e 63% de todos os participantes de programas de formação para o ministério eclesial leigo. Em 2005, as mulheres leigas constituíam 64% de todos os ministros leigos, enquanto que as religiosas representavam mais 16%. Isto significa que, em 2005, as mulheres realizavam 80% de todos os ministérios. De fato, as pessoas leigas já assumiram a direção da Igreja Católica nos Estados Unidos e continuarão fazendo isso. Poucos desses líderes leigos e talvez a maioria dos bispos não se deram conta disso ou não aceitaram isso, mas a estrutura da Igreja mudou, provavelmente de maneira irreversível.

Talvez a Igreja (e todos e todas nós somos a Igreja) devesse cogitar alguma forma de retorno à compreensão anterior de ordenação. Então todos esses ministérios seriam considerados ordenados e o poder não precisaria estar concentrado num número cada vez menor de sacerdotes e bispos. Certamente, estamos passando por uma escassez de sacerdotes em nível mundial. De acordo com um anúncio feito pelo Vaticano em 2004, em 1961 havia 404.082 sacerdotes no mundo inteiro, e em 2001 havia 405.067. Colocando esses números na devida perspectiva, o cardeal Darío Castrillón Hoyos,⁴ prefeito da Congregação para o Clero, disse que, embora o número de sacerdotes tenha permanecido quase inalterado nos últimos 43 anos, a população mundial quase dobrou. Bem, eu sou historiador, e não especialista na Igreja atual; por isto, isso é apenas uma sugestão. Parece-me, entretanto, que a Igreja está mudando de algumas formas muito empolgantes. Confio que o Espírito sabe o que está fazendo.

⁴ Darío Castrillón Hoyos: cardeal colombiano, foi Prefeito da Congregação para o Clero antes de D. Cláudio Hummes. É ex-secretário-geral e ex-presidente do CELAM. É presidente da Comissão Ecclesia Dei. Confira nas *Notícias do Dia* de 06-04-2009 a notícia *A paixão do cardeal Castrillón*, disponível para download no link http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=21193. (Nota da IHU On-Line)

PARTICIPE DO COLÓQUIO INTERNACIONAL A ÉTICA DA PSICANÁLISE: LACAN ESTARIA

JUSTIFICADO EM DIZER “NÃO CEDAS DE TEU DESEJO”? [NE CÈDE PAS SUR TON

DÉSIR?]. INSCRIÇÕES ABERTAS NO SITE WWW.UNISINOS.BR/IHU.

Memória

Lucilda Selli (15/08/1955 - 25/05/2009)

Faleceu na última segunda-feira, dia 25-05-2009, a professora Lucilda Selli, pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos. Há vários anos, ela lutava contra um câncer no intestino. Lucilda foi a primeira palestrante do evento **IHU Ideias**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU sempre às quintas-feiras, com a exposição de sua tese de doutorado, em 2002.

Em função desta atividade, a professora publicou os **Cadernos IHU Idéias** nº 21, com o artigo *Construindo novos caminhos para a intervenção societária*, disponível para download em <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1163186119.45pdf.pdf>. Lucilda possuía graduação em Enfermagem e Obstetrícia, pela Unisinos, mestrado em Enfermagem, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e especialização em Bioética e doutorado em Ciências da Saúde – Bioética, pela Universidade de Brasília. Era membro do Conselho Editorial da Revista *Brasileira de Bioética*, da Revista *Psicologia e Sociedade*, da Revista *Bioética* (Brasília) e da Revista *Gaúcha de Enfermagem*. Publicou o livro *Bioética na enfermagem* (2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003). A IHU On-Line ouviu algumas pessoas que tiveram a oportunidade de compartilhar com Lucilda alguns momentos de sua vida. Acompanhe os depoimentos:



“A professora Lucilda Selli era, antes de tudo, uma mulher cheia de vitalidade, alegria e coragem, sempre acolhedora para com todas as pessoas que a encontravam, principalmente alunos em busca orientação para seus estudos. Era uma pessoa entusiasmada com o que fazia, levando muito a sério todas as atividades que assumia. Tinha especial gosto pelo ensino e pela pesquisa na área da saúde e da bioética. Nessas áreas, construiu uma carreira acadêmica nacionalmente reconhecida e apreciada. O segredo dessa energia de vida era a sua espiritualidade movida por profundas convicções religiosas que se revelaram nos últimos dias de sua vida quando enfrentou a morte com muito sofrimento, mas com palavras confortadoras que revelavam uma fé arraigada em Cristo.”

José Roque Junges, jesuíta, professor no PPG em Saúde Coletiva da Unisinos

“Conheci Lucilda quando ela veio ao Sul para convidar uma professora da saúde coletiva para compor a sua banca de tese e a partir daí ficamos muito próximas. Lucilda manteve sempre uma postura crítica frente às convenções sociais e às hipocrisias mundanas. Expressava este sentimento por meio de histórias permeadas de ironia e senso de humor. Uma delas: certa vez em visita à família, grassava uma peste a dizimar os galináceos de toda a região. Ao chegar, sua mãe e um grupo de mulheres da comunidade, esperavam-na para benzer as aves. Lucilda protestou veementemente, afirmando que esta era uma atribuição dos padres, mas as mulheres retrucaram que, por ser freira, ela possuía as prerrogativas para tal. Assim, contava Lucilda divertindo-se muito com a lembrança, ‘só me restou benzer as galinhas, e lá fui eu com um ramo de salgueiro borrifando-as com água. E o mais incrível, é que a partir deste fato, a epidemia foi debelada’. Com este pequeno texto queria homenagear e guardar a memória da alegre contadora de histórias que foi Lucilda Selli.”

Stela Nazareth Meneghel, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e membro do Conselho Editorial dos Cadernos IHU e Cadernos IHU Ideias

“Irmã Lucilda Selli era uma pessoa de garra, sensível, firme, de muita fé, amante da vida, das pessoas, do belo, da natureza. Identificou-se na ética do cuidado e empenhou-se em passar os princípios éticos para os profissionais de saúde e para todos os acadêmicos que teve a oportunidade de tê-los como alunos ou orientandos. Era amante da leitura, do saber e estimulava a todos para que criassem gosto pela leitura e a pesquisa. Escreveu artigos em várias revistas e é autora do livro *A bioética na enfermagem*, deixando outro em andamento. Destacou-se também no entusiasmo, vivacidade e alegria de viver. Tinha facilidade em fazer amizades, gostava de criar momentos celebrativos. Acolheu serenamente e com fortaleza interior a situação de doença e fez tudo o que podia para superá-la. Até dias antes de falecer, tinha esperança de ficar curada.”

Ir. Rosa Lazzari, da Congregação das Irmãs Ministras dos Enfermos (Camilianas)

“Convivi pouco tempo com Lucilda, quando ela fez seu doutorado em Brasília e morava na casa das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Era uma pessoa muito amiga e companheira de todos os momentos, sabia escutar e entender as pessoas em seus processos, sempre disposta a colaborar e numa constante busca de construir este mundo novo, com relações novas e verdadeiras.”

Ir. Malgarete Spinelli, amiga de Lucilda Selli

“Conheci Lucilda na primeira palestra no IHU em 2002. A sua preocupação pela humanização e por uma ética do cuidado refletia-se nas suas pesquisas, nas aulas e na sua dedicação pelos alunos. Três sofrimentos grandes tocaram sua vida em poucos anos: a morte do irmão, um acidente grave e o câncer. Lembro das suas palavras quando estava se recuperando do acidente: ‘antes eu escrevia sobre o sofrimento, agora eu sei o que é sofrer’; ‘antes falava sobre cuidado, agora sei o que é se deixar cuidar’. Lucilda foi um admirável exemplo de esperança, de fé, de carinho, de luta pelo conhecimento e pela vida. Otimista, de gargalhada gostosa, entusiasta e decidida. Com uma forte vivência de Deus, encontrou força interior para agradecer e se despedir até com um sorriso. Ela viveu intensamente até o final com grande lucidez e com admirável fortaleza. Lucilda: uma mulher de grande resiliência!”

Susana Rocca, colaboradora do Instituto Humanitas Unisinos - IHU



>> LUCILDA COM AMIGOS
FOTOS ARQUIVO PESSOAL



>> A seguir, reproduzimos um poema oferecido por Lucilda Selli a alguns amigos durante um retiro, em que foi convidada a refletir sobre a experiência de gratidão inspirada no *Magnificat, de Maria, mãe de Jesus*. O poema intitulado “Mulher” é de autoria da teóloga gaúcha Ir. Helena T. Rech, da Congregação Servas da Santíssima Trindade, atualmente residente em São Paulo. Os versos que seguem, falam sobre a forma como Lucilda viveu sua vida até os últimos dias:

MULHER

Toma teu cântaro, e vai...
Anuncia que é mulher!
Mulher como tantas deste mundo

Mas não deixes de dizer que:
Tu és mulher agraciada
Mulher apaixonada
Mulher fecundidade gerando o Novo
Mulher que ama porque é livre

Mulher capaz de “quebrar o frasco” e derramar o bálsamo sobre os irmãos
De inundar a sala de perfume
E fazer brotar amor do coração

Tu és mulher encantadora
Mulher encarnada na história
Sem medo de amar, de lutar e de “brigar” pela justiça.

Mulher intercessora para que a “água se torne vinho”
O pão do amor seja partilhado
Para que o pequeno seja olhado,
A mulher seja respeitada,
O homem ajudado...

E o Rosto Materno de Deus — Pai e Mãe — revelado

Sim, toma o teu cântaro e vai...vai...

Derrama as flores do teu jeito feminino
E enfeita este mundo tão quebrado

Abra teu coração e gera o novo,
Porque tudo está tão velho e machucado

Rasga o espaço que é só teu...

Abraça, acolhe, gera, partilha, reza, ama, chora, perdoa, vibra...
E não esquece:

Tudo é dádiva. A vida é dádiva! Tu és dádiva!

Inclina teu coração e Ama...
Inclina teu coração e Agradece...
Inclina teu coração e Reza!

Mulher! Toma o teu cântaro e vai... Vai...

Siga a tua estrada, tua estrela, teu caminho...

Mulher! Toma teu cântaro e vai...



Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 25-05-2009 a 30-05-2009.

Povos indígenas: as condicionantes do STF e a luta pela terra

Entrevista com Cléber Buzatto

Confira nas Notícias do Dia 25-05-2009

Uma das questões preocupantes trazidas no bojo das decisões do STF sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol é sobre o cerceamento de direito à autonomia e ocupação dos povos sobre os territórios já demarcados.

Conferência Nacional de Comunicação. Muitas preocupações

Entrevista com Venício Lima

Confira nas Notícias do Dia 26-05-2009

O especialista tem como preocupação o fato de que a Conferência legitime posições que o empresariado tornou dominantes ao longo do tempo. Essa é a sua impressão do processo em andamento.

A memória homossexual como campo de reivindicação política

Entrevista com Horácio Costa

Confira nas Notícias do Dia 28-05-2009

A história do feminismo é iluminadora para o movimento homossexual. As lutas e os embates não são os mesmos, mas rumam a este precedente, diz o coordenador do recém-lançado Programa de Estudos da Diversidade (Homo)Sexual, da USP.

Primeiro banco comunitário do Rio Grande do Sul será lançado neste sábado. Entrevista com Eduardo Vivian da Cunha

Confira nas Notícias do Dia 29-05-2009

São Leopoldo abriga o primeiro banco comunitário do RS, que surge com o objetivo principal de promover o desenvolvimento de uma das regiões mais vulneráveis da cidade.

Povos indígenas do RS: a luta pelo acesso à terra. Entrevista especial com Sérgio Baptista

Confira nas Notícias do Dia 30-05-2009

Nos grandes centros urbanos ou na beira das estradas, se localiza a grande maioria dos indígenas do Rio Grande do Sul. Todos eles, desde a época da colonização, estão lutando para retomar o seu território sagrado, presente dos deuses, expropriado pelos brancos.

Leia as Notícias
do Dia em
www.unisinos.br/ihu



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



Eventos

Microgestão e produção de saberes no trabalho associado

No caso estudado por Vera Schmitz, o trabalhador, na microgestão da atividade de trabalho, exercita um determinado nível de autogestão, com forte marca na singularidade. Além disso, a microgestão potencializa a produção e mobilização dos saberes do trabalho, o que é central para aprofundar o entendimento e o exercício da autonomia no trabalho associado

POR GRAZIELA WOLFART

Na última edição do evento **IHU Ideias**, promovido pelo IHU no dia 28-05-2009, a Profa. Dra. Vera Regina Schmitz, colaboradora do Instituto Humanitas Unisinos, proferiu a palestra “Microgestão e produção de saberes no trabalho associado. Um estudo da Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda”. O tema foi desenvolvido pela professora Vera em sua tese de doutorado em Educação, recentemente defendida na Unisinos. Vera, que também é professora das Ciências da Comunicação da Unisinos, respondeu as questões que seguem à **IHU On-Line**, por e-mail, comentando aspectos do assunto desenvolvido no evento.

A tese teve como objeto de estudo a (auto)gestão e os saberes produzidos pelos trabalhadores em situação de trabalho associado, sob a perspectiva da ergologia, com vistas a contribuir com a consolidação destes campos de conhecimento na economia solidária. Na pesquisa, Vera realizou um estudo de caso na Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda – COOPEREI, uma cooperativa autogestionária originada da antiga indústria metalúrgica Carlos Augusto Meyer S/A – Alumínio Econômico, de São Leopoldo/RS. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como você caracteriza a (auto)gestão realizada pelos trabalhadores em situação de trabalho associado? O que pode ser entendido por microgestão neste contexto?

Vera Schmitz - Segundo a ergologia, a gestão implica em escolhas e decisões, e ambos os processos orientam-se pela aprendizagem construída historicamente, com base em inúmeras experiências que o homem toma ao longo da sua vida. A autogestão não se dá por decreto e/ou aplicação e não se resume a uma forma de gestão, detectando-se, então, o próprio limite do movimento histórico da autogestão, que teve e tem dificuldades de realização. Considera-se que, no trabalho associado, cada empreendimento econômico solidário tem sua história singular, que continua sendo tecida diariamente pe-

las escolhas que o trabalhador, individual e coletivamente, toma, e que, ao mesmo tempo, sustentam-se em variáveis que são externas a ele.

Ainda referente a sua pergunta, é importante caracterizar ergologia, entendida como um dispositivo teórico-metodológico criado pelo filósofo Yves Schwartz,¹ que tem como base e ponto

1 Yves Schwartz: professor da Universidade de Provence, membro do Instituto Universitário da França. Publicou inúmeros livros, entre eles *Travail et philosophie: convocations mutuelles* (Toulouse: Octarès Éditions, 1994), *Expérience et connaissance du travail* (Méssidor: Sociales, 1988) e *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe* (Toulouse: Octares, 2000). No texto *Ergonomia, filosofia e exterioridade*, de 1996, Yves Schwartz publica, pela primeira vez, o que denomina de Ergologia, operando no Dispositivo Dinâmico de Três Polos. Esteve na Jornada III Jornada sobre Produção & Legitimação de saberes para/no trabalho: Interfaces entre ergologia, linguagem e saberes, acontecida na Unisinos, entre os dias 27 e 29 de outubro de 2008. (Nota da

de partida os estudos da atividade humana. Reconhecida como uma disciplina de pensamento, a ergologia estuda o trabalho em sua microdimensão, a partir da distância² apontada pela ergonomia, entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado. Segundo Schwartz, é nesta distância que acontece a microgestão no trabalho. Ainda, a ergologia identifica a atividade como debate de normas e configura-se como um projeto de intervenção sobre as situações de trabalho, com a intenção de transformá-las. Busca nas diferentes ciências – tais como na linguagem, na psicologia, na antropologia, na filosofia, ou seja, na pluridisciplinaridade – sua compreensão e

entrevistada)

2 Esta distância é entendida como um espaço indeterminado de ação humana que acontece entre o trabalho prescrito e o trabalho real. (Nota da entrevistada)

amparo para entender o que a atividade humana pode oferecer como fonte de experiência e de sentido da vida.

Salienta-se a potencialidade que a ergologia tem para trabalhar a ação do sujeito nas iniciativas de trabalho associado. Isso implica assumir que o trabalho é sempre história em construção, e a ergologia ajuda a compreender o processo histórico, incorporando-o ao cotidiano. Externaliza a singularidade do sujeito que, ao formalizar a experiência, colocando-a em palavras, torna-a possível de ser comunicada e apreendida.

No caso estudado, percebeu-se que o trabalhador, na microgestão da atividade de trabalho, exercita um determinado nível de autogestão, com forte marca na singularidade, e algumas articulações estabelecidas com o ideário da autogestão coletiva em todos os outros níveis. Por sua vez, destaca-se que a microgestão, que é sempre singular, potencializa a produção e mobilização dos saberes do trabalho. Esta é uma questão central para aprofundar o entendimento e o exercício da autonomia no trabalho associado.

IHU On-Line - Quais são os saberes produzidos por eles, a partir do estudo realizado por você da Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda – COOPEREI?

Vera Schmitz - O referencial da ergologia, que se compõe e dialoga com outras disciplinas, potencializa o reconhecimento dos saberes produzidos em situação de trabalho, pois foca a iniciativa do trabalhador, normas existentes e dadas na própria atividade de trabalho, que são quase invisíveis e não colocadas em discurso pelo trabalhador.

Em relação à explicitação de um inventário de saberes, que poderiam ser considerados gerais e de certa

³ Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda (COOPEREI): cooperativa localizada em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, que produz utensílios domésticos e industriais em alumínio (painéis, baixelas). Originou-se do processo falimentar da empresa Carlos Augusto Meier S.A. — Alumínio Econômico, em 2001. Surgiu da união de seus ex-funcionários, que vislumbraram a possibilidade de dar continuidade as tarefas produtivas numa perspectiva diferente, de propriedade e gestão coletiva. Iniciou suas atividades em 2002. (Nota da IHU On-Line)

forma universais para o exercício da autogestão, a COOPEREI nos deixa como “luzes” o idealismo, a seriedade como empreendimento de Economia Solidária e o reconhecimento de que está inserido num contexto muito maior; a dedicação na fabricação de um produto bem feito para ser vendido; a superação do preconceito com o trabalho do idoso; a solidariedade percebida na maioria dos textos das entrevistas realizadas e nos momentos de observação direta, quando da realização das visitas de campo. Alguns elementos ainda são frágeis, como o exercício da autogestão, assim como é frágil, em alguns momentos, a cooperação interna, entre setores, indicando um trabalho individualizado, fruto da cultura do trabalho que existia na empresa anterior, na qual o trabalho era pensado e realizado de forma heterogestionária.

IHU On-Line - Como entender a microgestão sob a perspectiva da ergologia? Qual a contribuição deste conceito para essa área do conhecimento, principalmente se relacionarmos saberes, educação popular e ergologia?

Vera Schmitz - O trabalho humano está sujeito a muitas variabilidades. O trabalho real, como aquele efetivamente realizado pelo trabalhador, nunca retrata o que foi previamente pensado e antecipado, fixado por regras e orientado por objetivos como prescrição do trabalho pelos administradores. Ao realizá-lo, o trabalhador vê-se diante de várias situações: dificuldade de previsão, pausas, diferenças de ritmos, cansaço, efeitos da idade, entre outras, e, então, age em situação, alterando as prescrições. Um dos grandes legados da abordagem ergológica é a aproximação dos conceitos ao local do vivido, buscando aderência⁴ e, nesse sentido, apreender as configurações de saberes e dos valores gerados no “aqui e agora”.

O diálogo e desenvolvimento de pesquisas, levando em consideração a

⁴ Aderência, segundo o *Glossário da ergologia*, está diretamente relacionado à situação vivida aqui e agora. O mesmo que em latim *hic et nunc*: ao momento e ao lugar que se encontra em causa. (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008). (Nota da entrevistada)

autogestão, a ergologia e a educação, proporcionam uma ampliação do campo de pesquisa, estudos e intervenção social sobre trabalho e educação. Além disso, a ergologia permite que se conheça, talvez de forma mais complexa, as relações entre concepção e execução no exercício da atividade de trabalho. Destaca-se, aqui, que esta contribuição é muito importante para o movimento da Economia Solidária e da autogestão, que tem na sua base a discussão de outra economia, fundamentada, entre outros aspectos, no trabalho associado.

Nos avanços da pesquisa de Yves Schwartz, ele apresenta o dispositivo teórico-metodológico, a três polos, que possibilita o desenvolvimento de pesquisa pluridisciplinar sobre a atividade de trabalho e, consequentemente, neste caso, sobre a produção de saberes do trabalho associado, permitindo a aproximação dos conceitos ao local do vivido, buscando aderência. Este dispositivo é formado pelo polo dos conceitos, que comporta os saberes disciplinares ou acadêmicos; pelo polo dos saberes da experiência, gerados na atividade de trabalho; e pelo polo das exigências éticas e epistemológicas, que enxerga no outro alguém com quem irá aprender, potencializando conhecer o trabalho associado. No interior deste dispositivo, os conceitos e os saberes da experiência são questionados mutuamente, entre o primeiro e o segundo polos, num processo dialético. Destaca-se que os princípios deste dispositivo dialogam com os fundamentos da educação popular, favorecendo, assim, um trabalho de pesquisa-formação com um viés emancipatório.

IHU On-Line - Em que medida podemos identificar a proposta da economia solidária nas ações de gestão do trabalho associado?

Vera Schmitz - Evidencia-se que a ergologia coloca em discussão alguns elementos presentes na educação, na administração e em outras ciências humanas e sociais, pois considera o trabalhador como um ser que cria e recria, e não um trabalhador que não possui espaço para gerir o seu traba-

lho, a não ser aquele que a empresa lhe delega. Na sua experiência de trabalho, o trabalhador produz e acumula muito conhecimento, passível de ser legitimado por iniciativas, envolvendo movimentos sociais e outros atores da sociedade. E ainda, em relação à Economia Solidária, destaca-se sua proposta política e econômica, que busca superar modelos opressores vigentes nos espaços de trabalho de produção ou de serviços. Entretanto, na distância existente entre o prescrito e o realizado há a microgestão, portanto há um espaço de liberdade de escolhas do trabalhador.

IHU On-Line - De forma geral, como você caracteriza a situação de trabalho e as contradições de uma cooperativa de produção? Quais os desafios e limites que podem ser apontados?

Vera Schmitz - Neste exemplo de pesquisa, o trabalhador tem capacidade de trabalho, conhecimento sobre a atividade que desenvolve realizando, portanto, a microgestão de seu trabalho. Aparentemente, pelos depoimentos recolhidos, as normas e valores relacionados à autogestão coletiva da fábrica não aparecem de forma significativa para os trabalhadores, não implicando alguma alteração relevante, ou pelo menos um “debate interno” nas formas de realizar a microgestão do trabalho. Isto é, estabelece-se uma distância, ou talvez uma contradição, entre a positividade revelada de iniciativa e renormalização da relação de cada trabalhador com a sua máquina e sua tarefa e a gestão coletiva que potencialmente teria um espaço aberto para iniciativa e renormalização. Tal constatação abre espaço para se pensar na hipótese de que o desvelamento, para o coletivo de trabalhadores, da capacidade de iniciativa singular — de gestão e de produção de saberes construídos na experiência; ambos centrais para a existência e sobrevivência da cooperativa —, pode contribuir para o repensar dos processos mais amplos de gestão e da produção da cooperativa.

Direito das minorias e direito à diferenciação



No próximo dia 02-06-2009, terça-feira, acontece na Unisinos o último encontro do evento **IHU em Movimento — Direito em Debate**. Na ocasião, o Prof. Dr. José Rogério Lopes, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, falará aos presentes a partir do tema “Direito das minorias e Direito à diferenciação: reflexões sobre normas e padronização das leis”. Para adiantar alguns aspectos do assunto aos leitores e às leitoras da **IHU On-Line**, o professor explica que “a exposição procurará questionar até que ponto é possível falar de minorias sociais atualmente”. Por exemplo, ele trará para o debate questões como: “O que significa o termo minorias? Em relação a que ele se define? Desde quando, onde, ou como se propõe reconhecer as minorias? E quem são as pessoas que caracterizam as minorias?”

A partir desses questionamentos, continua Rogério, “procurarei revisar algumas interpretações teóricas e enquadramentos normativos da concepção de direito das minorias, para expor a ideia de que ela trata de uma forma de subordinação de certos segmentos sociais, que não possuem personalidade jurídica instituída, perante os padrões do Direito predominante”. E completa: “A assimetria social que resulta dessa subordinação deve ser superada, em favor de um Direito que incorpore e assegure o respeito às manifestações de diferenciação social”.

O **IHU em Movimento - Direito em Debate** é um evento realizado pelo Instituto Humanitas Unisinos — IHU em parceria com o DA do curso de Direito da Unisinos, realizado no Auditório Maurício Berni da Universidade, das 20h às 22h. A entrada é franca.

IHU Repórter

Patrícia Martins Fagundes Cabral

POR PATRÍCIA FACHIN | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Desde que nasceu, a professora Patrícia Fagundes, como é conhecida no câmpus da universidade, estabelece relações com a Unisinos. Primeiro, acompanhou, desde muito cedo, os estudos do pai, depois iniciou sua carreira profissional como aluna, estagiária, funcionária e, desde 1996, deu início à carreira acadêmica. Alegre, bem-humorada e dedicada, Patrícia Fagundes está consolidando uma trajetória sólida na universidade há mais de 15 anos. Confira a trajetória na entrevista a seguir.



Origens - Tenho 39 anos, a mesma idade da Unisinos, mas sou um pouquinho mais nova, porque faço 40 em novembro. No ano em que nasci, meu pai, Nézio Fagundes, estudava na universidade. Nos primeiros meses de vida, eu chorei muito, então, quando ele retornava daquela longa viagem da Unisinos, olhava pela janela para ver se a luz permanecia acesa ou apagada, para saber se ele ia dormir logo ou não! Isso é interessante, porque a minha história com a universidade se iniciou há bastante tempo.

Nasci em Porto Alegre e moro lá até hoje. Tive uma experiência em 1996, de morar em São Leopoldo, mas não me adaptei. Sou porto-alegrense demais e acabei voltando para lá.

Família - Sou casada, completei cinco anos de casamento na quinta-feira, 28-05-2009. Eu e Henrique estamos juntos há 10 anos. Temos o Arthur, de 3 anos, e o Rodrigo, meu enteado, de 19 anos. A história da construção do meu núcleo familiar está também relacionada com minha trajetória profissional. Me dediquei muito ao trabalho, e acabei encontrando meu “príncipe encantado” com 30 anos — era eu e a Bridget Jones!. Depois de um longo período de reflexão, ou reorganizava

minhas escolhas e me escutava, ou continuava “a mil” profissionalmente. Isso me roubava tempo e energia para vivenciar outras coisas que também me davam prazer. Terminei o mestrado com essa decisão: de começar a cuidar de outras coisas. Naquela época, já tinha alcançado algumas conquistas pessoais e profissionais significativas, mas me dei conta de que a carreira não preenche todos os espaços da nossa vida.

Não queria adiar a maternidade, por isso Tive o Arthur durante o doutorado. Entreguei o meu projeto de qualificação dez dias antes de ele nascer e qualifiquei quando ele fazia 9 meses. Depois, defendi a tese dez dias antes de ele completar dois anos.

Irmãos - Tenho um espaço familiar muito feliz com meus três irmãos e a convivência com eles me dá muita alegria, e também com meus pais, sobrinhos etc. Tanto eu quanto meu marido temos bastante vínculo com nossas famílias. A possibilidade de conviver é uma das coisas mais legais, ainda mais quando se tratam de pessoas próximas e queridas.

Estudos - Como boa parte dos adolescentes, fiz escolhas decisivas muito

cedo. Concluí o Segundo Grau com 16 anos; cursei magistério no Instituto de Educação. Por influência da minha mãe, optei pela Psicologia. Naquela época, fiz o teste psicotécnico na PUC e fui reprovada. Então, pensei: “Se eu fui reprovada, deve ser interessante eu fazer esse curso”. Isso tem muito a ver com o meu jeito; sou movida a desafios. Comecei a estudar mais e me despertei.

Em 1987, ocorreu uma longa greve nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. Então, precisei entrar na universidade com uma liminar, porque oficialmente eu ainda não tinha concluído o Segundo Grau. Comecei a fazer o curso na Unisinos e estava decidida em relação à profissão.

Formação profissional - Circulei muito pelas áreas da Psicologia, quando aluna. Trabalhei durante dois anos com crianças autistas, em ambiente-terapia. Fiz vários estágios e no último, por uma confluência de fatores, fui efetivada na Unisinos. Na época, estagiei no Serviço de Psicologia Organizacional, que, em 1992, com o planejamento estratégico, virou Recursos Humanos, onde comecei a trabalhar com a Izabel, com o Vanderlei — isso marcou muito a minha carreira. Nesse



início de carreira, estava muito comprometida com a questão de recrutamento, com a seleção, e achava que era com isso que iria seguir trabalhando. Nas negociações do meu contrato de trabalho, ficou definido que iria atuar na área de treinamento de desenvolvimento. O “meu mundo caiu” (risos), porque tinha conhecimento e expectativa em outra área. Mas essa foi outra guinada importante na minha vida. Acabei me encontrando numa nova área, tanto que fiz meu mestrado e doutorado sobre desenvolvimento de liderança e desenvolvimento gerencial. Nunca trabalhei em consultório. Sou uma psicóloga do trabalho e me sinto muito gratificada com isso.

Carreira na Unisinos - Tive uma série de fatores positivos na universidade. Trabalhei durante 11 anos na área de recursos humanos. No ano de 1996, iniciei como docente, conciliando outras atividades. Em 2003, precisei tomar outra decisão importante: optei por seguir a carreira docente, o que implicava em sair do RH, ao qual eu estava muito vinculada, numa posição confortável e reconhecida. E, a partir do momento em que me remeti apenas à área docente, e investi no doutorado, me encaminhando para a pesquisa, voltei a ser “júnior”; estou iniciando uma nova carreira.

Me disponho muito a viver esse momento “júnior”. Ainda não estou em nenhum PPG, defendi meu doutorado em 2008, e estou num momento mais desgastante, de gerar produção científica. Gosto muito de dar aula e de conviver com alunos de diferentes cursos.



>> ACIMA, À ESQUERDA, COM O FILHO ARTHUR E, AO LADO, COM A FAMÍLIA

Unisinos - Inegavelmente, me sinto muito comprometida e feliz em fazer parte da Unisinos. Hoje, avalio que estamos num momento organizacional bastante motivador. Mesmo em momentos mais críticos, o que não se altera é esta seriedade e a sólida estrutura da universidade.

Lazer - O Henrique, meu marido, é muito parceiro. Sempre que preciso participar de uma palestra ou curso longe de Porto Alegre, ele procura ir junto e, depois do trabalho, a gente aproveita para passear. Tenho muitas aulas à noite, mas, por outro lado, tenho mais flexibilidade para levar o Arthur na pracinha, e organizo meus horários de forma para que sempre seja eu a largá-lo na escola. Gostamos muito de viajar. Quando não tínhamos o Arthur, as viagens eram mais longas e menos estruturadas. Hoje, são mais curtas, para a praia ou serra. Também gosto bastante de dançar e ir ao cinema: sempre que podemos, eu e o Henrique saímos para nos divertir.

Livro - O que me gerou muita ruptura profissionalmente falando foram os livros do Edgar Morin. Ele deu uma quebra no meu jeito de pensar e me fez produzir outras coisas mais transdisciplinares. Pessoalmente, há um livro que é extremamente marcante para mim: *Mulheres que correm com os*

lobos. Li num período de vida que me ajudou a consolidar algumas escolhas que nem sempre temos coragem de fazer.

Fé - Tenho uma espiritualidade muito forte, bastante vivida. Sobre tudo, creio na representação do Divino em cada um de nós. É isso que nos permite consolidar não só os nossos propósitos, mas fazer com que isso realmente seja algo do coletivo, e contribua para um mundo melhor.

Projeto de vida - Pretendo me desenvolver mais nessa carreira acadêmica, pesquisar, escrever, e também participar de projetos interessantes nas organizações. Em termos de projetos pessoais, primeiro quero viver a cada dia tudo que já tenho: curtir minha família, minha casa, meu trabalho. Também viajar mais, ter mais um filho, quem sabe. Prefiro me reservar à alegria da surpresa. Me sinto bastante abençoada com a vida e quero viver as coisas boas.

IHU - Venho conhecendo mais de perto o IHU neste ano. O Humanitas representa um braço muito forte nos propósitos da Unisinos, que, de certa forma, sempre terão de se nutrir desse Humanitas, dessa vivência acadêmica no social. Vejo que de fato é um espaço celeiro na Unisinos, por representar a chave dessa instituição.

Destaques



Religiões do Mundo

Entre os dias 10-08-2009 e 08-10-2009, será exibida uma série de sete documentários organizados e apresentados pelo teólogo alemão Hans Küng, intitulada *Religiões do Mundo*. O projeto contempla as três maiores correntes religiosas presentes no Planeta: as religiões da sabedoria de origem chinesa (Confucionismo e Taoísmo), as religiões da mística de origem indiana (Hinduísmo e Budismo) e as religiões da profecia de origem no Oriente Médio (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). Os vídeos serão exibidos no Instituto Humanitas Unisinos – IHU e na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, com sessões comentadas. A TV Unisinos (Canal 32 da Net ou 30 em UHF) exibirá os documentários de 10-08-2009 a 21-09-2009, sempre às segundas-feiras, às 18h. O evento é uma parceria do IHU com o Escritório da Fundação Ética Mundial no Brasil.

Narrar Deus no horizonte do niilismo

O filósofo Paul Valadier, especialista em Nietzsche, estará na Unisinos no dia 13-08-2009, proferindo a conferência *Narrar Deus no horizonte do niilismo*. A conferência, uma promoção do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, constitui-se num pré-evento do **Simpósio Internacional Narrar Deus numa sociedade pós-metafísica. Possibilidades e Impossibilidades**. O simpósio realizar-se-á dos dias 14 a 17 de setembro. Para a conferência do dia 13 de agosto, as vagas são limitadas. Confira mais informações no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu).

Ética na psicanálise

“Compreendemos que a fórmula proposta por Lacan, ‘não cedas de teu desejo’, significa não abrir mão daquilo que se enuncia na fala que endereçamos ao outro, ou seja, sustentarmos o que falamos com voz própria”, afirma o filósofo e psicanalista **Mario Fleig**, explicando em entrevista publicada nesta edição o tema do **Colóquio Internacional A ética da Psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?** [ne cède pas sur ton désir?]. O evento acontece de 14 a 15 de agosto de 2009, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, sede do Ministério Público, em Porto Alegre, e é uma promoção da Association Lacanienne Internationale – ALI, da Escola de Estudos Psicanalíticos – EEP, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, do Laboratório de Filosofia e Psicanálise, do PPG Filosofia – Unisinos, do GT Filosofia e Psicanálise, Região Sul, da ANPOF e do Laboratório de Psicopatologia Fundamental – Faculdade de Direito – Fundação Escola Superior do Ministério Público – ESMP.

Apoio:



IHU Contracapa